



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 55

Sessão Ordinária Abril

1.ª Reunião em 07/04/2017

Aos sete dias do mês de Abril do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite, pela Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeiro Secretário, e o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Ana Maria Seça Neves Ferreira, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Aida Isabel Pereira Tavares, Henrique da Rocha Vieira, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os Vogais, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Maria da Luz Nolasco Cardoso.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Oliveira de Sousa, João Francisco Carvalho de Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião, da Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Paulo Jorge Coimbra Fontes, e Rita Alexandra Monteiro Batista.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião por, Silvestre Paiva da Silva e Miguel António Costa da Silva, respectivamente.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Nunes dos Reis, João Condinho Vargas, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 14FEV17 a 03ABR17;

Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2016, da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 3 - Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas de 2016 da TEMA-Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. – em liquidação, MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M.;

Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2017;

Ponto 5 - Apreciação do 15.º e 16.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;

Ponto 6 - Apreciação e votação da prorrogação do prazo de extinção da MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. – em liquidação e abertura de procedimentos concursais;

Ponto 7 - Apreciação e votação do Regulamento dos Equipamentos Museológicos de Aveiro;

Ponto 8 - Apreciação e votação da Aquisição de Parcelas de terreno na envolvente ao Parque de Feiras e Exposições, sito em Vilar, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz;

Ponto 9 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de São Bernardo – Alteração da execução da obra de pavimentação/requalificação na Rua Alexandre Nunes Coelho pela Rua Dr. Francisco Sá Carneiro;

Ponto 10 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de Cacia – Autorização da execução da obra de pavimentação no Largo Manuel Mateus Ventura/Rua Ecos de Cacia;

Ponto 11 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de Esgueira – Autorização de pagamento da prestação de serviços de limpeza da vala hidráulica de Taboeira;

Ponto 12 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Aveiro e a Freguesia de Esgueira – Autorização para execução de obras de pavimentação com aplicação de camada de desgaste em arruamentos e estacionamento na Freguesia de Esgueira;

- Ponto 13 – Apreciação e votação de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz – Transportes escolares pagos e efetuados pela Junta de Freguesia de Requeixo em 2010 e 2011;**
- Ponto 14 – Apreciação da Declaração da alteração por adaptação ao Plano Diretor Municipal: transposição das normas do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto para o Plano Diretor Municipal;**
- Ponto 15 – Apreciação da Deliberação da Comissão Liquidatária da EMA-Estádio Municipal de Aveiro, EEM – em liquidação, e Apreciação e votação da anulação procedimento concursal para ocupação de posto de trabalho;**
- Ponto 16 – Apreciação e Votação de Recomendação à Câmara Municipal sobre Canil Municipal.**

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas da sessão anterior⁰⁰³ em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 53 – Sessão Ordinária Fevereiro – primeira reunião realizada em 17-02-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, com trinta e três votos a favor, zero abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 54 – Sessão Ordinária Fevereiro – segunda reunião realizada em 24-02-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, com trinta e três votos a favor, zero abstenções, e zero votos contra.

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁰⁴

“Senhor Presidente queria fazer um ponto de ordem à Mesa se for possível. Hoje encontram-se aqui muitas pessoas para falar sobre um mesmo assunto. E visto ser uma sessão bastante longa o Bloco de Esquerda pedia para essas pessoas pudessem ser ouvidas antes da ordem de trabalhos agendada. Obrigada.”

Presidente da Mesa⁰⁰⁵

“Enfim, nós temos um Regimento aprovado que temos vindo a cumprir e estamos quase em final de mandato e eu não vejo razão apesar de perceber que as pessoas têm direito à sua manifestação mas regimentalmente está previsto que seja no período final da reunião. E portanto não vejo razão para que se altere esta nossa posição que funciona assim há três anos e meio.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa deu início⁰⁰⁶ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

“Ex.mo Senhores deputados municipais, Ex.mo Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes. O PCP em face das notícias que recentemente chegaram a nós relativamente à madrugada de hoje, o PCP condena veemente o bombardeamento perpetrado pelos Estados Unidos contra a República Árabe da Síria. Em clara agressão do direito internacional e da soberania de integridade territorial do Estado Sírio. Trata-se de mais um acto de agressão que numa guerra desde há seis anos é movida pelos Estados Unidos e com a cumplicidade da Europa e incluindo o apoio a grupos terroristas contra a Síria e o seu Povo.

Reclamamos sobre uma campanha de desinformação e manipulação que sustentou a guerra no Iraque e na Líbia e o PCP chama atenção que este acto de guerra desencadeado com armas químicas em Khan Sheikhoun, que as autoridades Sírias categoricamente negam e cujas reais circunstâncias carecem de esclarecimento, serviu de facto para o desencadear de um processo de agressão àquele país. Este ataque contra a Síria. Confirma que o objetivo dos Estados Unidos não é o combate ao terrorismo, mas o propósito de impor a sua hegemonia no médio oriente e no mundo. Inscrevendo-se esta tentativa num ataque áquilo que podiam ser os espaços para um diálogo na paz da Síria e seguindo um rumo de agressão.

O PCP afirma a sua solidariedade com o Povo da República Síria contra esta agressão ao seu povo e à sua soberania, independência e até à integridade do seu Estado.

De resto Senhor Presidente, gostaria de continuar esta minha intervenção, com um tema da atualidade, nomeadamente naquilo que foi a entrega do Novo Banco à Lone Star decidida pelo Governo do PS seguindo o caminho do anterior governo do PSD se secundada pelo próprio Presidente da República.

Que não é, como afirmou o atual Primeiro-Ministro, nem a menos má das soluções nem a única solução possível. De facto esta entrega é uma má solução que pode trazer prejuízos diretos para o Estado superior a três mil milhões de euros.

E que tem uma carteira de ativos considerados de difícil recuperação onde o Estado ainda pode vir a ser chamado a cobrir situações de imparidades por mais alguns milhões de milhares de euros. Para além dos custos económicos e sociais de colocar nas mãos de um grupo monopolista este importante instrumento para o apoio ao desenvolvimento económico e social do país que é o novo banco. Primeiro banco nacional no apoio às micro, pequenas e médias empresas. É uma má solução porque ao contrário do que é afirmado serão os trabalhadores e o povo português a pagar esse negócio por via das perdas do Estado associadas ao fundo de resolução. A mistificação que uniu o PSD/CDS e o Governador do Banco de Portugal de que residiria no fundo de resolução tutelado pelas Finanças e Banco de Portugal a solução encontrada constituía um embuste a enganar os portugueses. Tratou-se de esconder e iludir a drenagem de facto de mais de 4,9 mil milhões de euros de dinheiros públicos, do chamado Fundo de recapitalização.

E hoje já ninguém acredita que os bancos integrados vão pagar o empréstimo que receberam do Estado. A venda do Novo Banco não é mais que o resultado da imposição da supervisão bancária da União Europeia que alienam ainda mais a capacidade e o poder do país.

O PCP não abdicará da sua ação determinada para integrar o Novo Banco na esfera pública. A nossa intervenção continuará a ser determinada pelo objetivo não de favorecer a liquidação do Novo Banco, mas de assegurar a sua integração no sector publico bancário o que exige uma clara rejeição e enfrentamento das exigências da União Europeia no sentido de serem revistos quer os prazos quer os condicionantes que

visam impedir a integração do Novo Banco, suspendendo de imediato o processo de venda.

Para o PCP a banca pública é a única possibilidade de manter o interesse público e nacional de evitar gravosas orientações determinadas pelos centros de capital financeiro transnacional, de limitar o arranque do desenvolvimento soberano do país. O povo português não deve pagar a entrega a instituições saneadas de fundos públicos aos grandes grupos financeiros privados.

O PCP denuncia ainda a campanha contra o processo de capitalização da CGD que o PSD e o CDS desenvolvem, utilizando uma estratégia que têm como o objetivo criar o máximo de dificuldades ao desenvolvimento da atividade do banco público e apostando claramente na sua privatização.

Consideramos que e no atual contexto político e económico do país é fundamental definir uma estratégia de reforço da capacidade de intervenção da Caixa. No apoio à economia nacional e às famílias que inclua a necessidade de recapitalização realizada pelo Estado no seu reforço e não na sua desvalorização da sua atividade como tem vindo a acontecer com o fecho de agências e Aveiro é um exemplo disso. Como o PCP sempre afirmou, a recapitalização sendo condição necessária não é por si condição suficiente.

O PCP reafirma a sua oposição ao encerramento de agências e serviços da Caixa e ao condicionamento ao recurso compulsivo a Obrigações que constituem um autêntico saque aos recursos públicos. Portugal precisa de reconstituir um forte sector de propriedade pública na área financeira, muito especialmente no sector bancário.

A dominação monopolista sobre o sector restaurada pelas privatizações, o favorecimento de vários governos não serviu. Antes pelo contrário prejudicou diretamente o interesse público e o interesse nacional. A banca privada não serviu os utentes nem os clientes. Nem as famílias nem as PME, nem a economia, nem os trabalhadores, nem o país. É um imperativo nacional colocar a banca no controle público indispensável para dar efetiva resposta aos problemas do país focados pelas chantagens dos mecanismos do euro e da união europeia. Pela sucessão de escândalos na banca que consomem milhares de milhões de euros de recursos públicos. Necessitamos de uma solução patriótica e de esquerda que pela sua dimensão inscreva a soberania e independência nacionais como um objetivo central. Tenho dito.”

(Entretanto deu entrada na sala o vogal sucedâneo Paulo Jorge Coimbra Fontes)

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

“Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Senhoras e Senhores deputados. A história do BES é a história do capitalismo realmente existente.

E é um filme que já vimos tantas vezes em Portugal. BPN, BANIF e agora Novo Banco. Instituições bancárias geridas em registo de grande regabofê e que são nacionalizadas temporariamente para que o Estado as limpe e as venda ao desbarato.

É também a história da dívida dos Estados. Desde a crise de 2008 que os Estados têm nacionalizado os prejuízos dos Bancos e com isso aumentado drasticamente a sua dívida pública – bem o sabemos. Em sequência dizem que não há alternativa e implementam medidas de austeridade em nome do pagamento dessa dívida criada pela ganância dos grandes banqueiros.

Bem nos lembramos do início do processo do Novo Banco. O então Presidente Cavaco Silva dava todas as garantias. Pouco depois o BES colapsava.

Passos e Portas logo vieram propor uma resolução do banco que garantiram não implicar perdas para o Estado. Pura propaganda. Pura mentira.

Mas a história mostra bem a relação umbilical entre os grandes banqueiros e os políticos do regime. A resolução não foi discutida do então Conselho de Ministros. Assunção Cristas assinou a resolução do banco sem sequer a ler - diz que estava de férias. E claro, se é para a banca, por quem sóis. É claro que aprova.

Sérgio Monteiro (luminária do PSD/CDS) ficou a dirigir o processo de venda do Novo Banco com um salário de 30 mil euros por mês. As empresas de assessoria à venda do Novo Banco também amealharam 26 milhões de euros.

Nesta história, muitos ganham para que o Estado perca tanto.

Hoje mesmo o Bloco de Esquerda pediu a exoneração de um outro elemento central da história: Carlos Costa, governador do Banco de Portugal.

Assistimos nos dias de hoje ao PSD e CDS a tentarem lavar as mãos da bomba-relógio que deixaram no Novo Banco.

A realidade derrotou o anterior Governo: não só não recuperaram os 3.900 milhões como se tornou necessária uma nova injeção de capital. Em janeiro, Mário Centeno, à semelhança do governo anterior, dava todas as garantias de que não haveria perdas para o erário público. A realidade também derrotará o ministro Mário Centeno. Em abril já admitiu perdas para o Estado.

O Novo Banco é o banco bom. Mas vejam quão mal está. O risco e os custos ficam para o Estado, o lucro para o privado. A venda do Novo Banco é um erro e o Bloco bater-se-á para a anular.

A decisão deste governo vai na linha do plano do anterior governo e é errada. Tal como foi errada a injeção de 3 mil milhões de euros no Banif que este governo aprovou com o voto do PSD.

Também nesse momento o Bloco foi coerente e rejeitou essa borla à banca. Saiu o jackpot à Lone Star. Recebe de borla um banco limpo com muitos milhares de milhões de euros pelo Estado.

Sejamos claros: há alternativa. O que o Bloco propõe é algo que nunca foi feito nas últimas décadas. Propomos que o Novo Banco permaneça sob controlo público. Não queremos a repetição da nacionalização de prejuízos e privatização dos ativos limpos.

Face à resolução PSD/CDS as perdas no Novo Banco serão inevitáveis.

A venda ou a liquidação são soluções erradas com mais custos para o público. A solução é o controlo público e meter o banco ao serviço da economia.

Bancos que são limpos com dinheiros dos contribuintes têm que ser colocados ao serviço das pessoas, da economia real, do estímulo ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, as verdadeiras criadoras de postos de trabalho e não nas mãos de fundos abutres.

Um fundo abutre, como a Lone Star, faz uma gestão do banco para o maior lucro no menor espaço. O seu critério de recuperação de crédito não respeita a manutenção de emprego nem o tecido industrial do país. Uma gestão assente no interesse público é a que melhor protege a população e o país, mas é também a que assegurará mais sustentabilidade e logo menores perdas para o Estado.

O controlo público do Novo Banco é aliás uma proposta maioritária na sociedade como mostra uma sondagem recente onde 52% dos inquiridos apoiam essa solução.

Fazemos escolhas. Queremos um país que invista no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, nos Salários e nas Pensões. Não trocamos essa melhoria da vida concreta das pessoas por bancar as aventuras dos banqueiros.

Não nos sujeitamos à chantagem anti-democrática de Bruxelas. Defendemos o controlo público do Novo Banco — a alternativa que mais beneficia as pessoas e o país. Disse.”

Vogal Aida Tavares (JPA)⁰⁰⁹

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Bom, eu queria verberar muito veementes os acontecimentos que hoje ocorreram à semelhança do que ocorreu mais recentemente em Inglaterra e em França – coisa que nós todos não podemos ficar alheios. Mas infelizmente todos nos consideramos mais ou menos impotentes a ter uma ação que tenha de facto alguma eficácia sobre. Mas são acontecimentos a todos títulos intoleráveis do ponto de vista humano. E depois porque atingem todos. Tanto aqueles que estejam a coberto da pretensão de um debate político afinal as pessoas que são atingidas na realidade não coincidem com essas. Nem isso é forma de prosseguir qualquer atividade do ponto de vista socio politica. Portanto não poderia deixar de hoje aqui manifestar a veemente o meu repúdio por isto e a minha solidariedade com as sociedades atingidas.

Bom no tempo que me falta gostaria de falar do seguinte: penso que vai havendo alguma ausência de interesse de parte da Câmara pelo planeamento. Não sei se estou a ser injusto se não, mas o que se nota é o seguinte. As cidades não crescem sem que tenham uma atividade de planeamento importante.

O planeamento é onde se fixa digamos assim a “ideologia” política do governo do município. Porque através dele se pode pré-determinar quais são as intenções e as atividades que o município quer ver desenvolvidas no seu seio. Isto não só inter município como extra município.

Por exemplo, estranho, que esta Câmara ao longo do seu mandato nunca tenha falado da ligação do eixo Aveiro/Águeda!? Foi um tema muito debatido e que outrora até concitou que fossem comprados uns terrenos em Eirol porque ali se via também um polo de desenvolvimento que poderia servir nesse contexto.

E depois, se Aveiro se quer afirmar com alguma centralidade, tem de buscar para si e acolher vias que permitam o acesso e comunicação fácil entre as localidades dessa sua centralidade que devia ser afirmada no distrito.

Portanto eu gostaria de que o Senhor Presidente desenvolvesse alguma coisa sobre esse tema. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS)[011](#)

Vogal Filipe Guerra (PCP)[012](#)

Vogal Jorge Greno (CDS)[013](#)

Vogal Jaime Vinagre (PS)[014](#)

Vogal João Barbosa (PS)[015](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS)[016](#)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Três questões e a primeira das quais a que se prende com a divulgação esta semana dos censos sénior 2017 em que se sinaliza o número de idosos que quase triplicou em sete anos.

Obviamente que não é um fenómeno concelhio é um fenómeno nacional, mas em termos de planificação e estratégia para o futuro é evidente que devemos estar cada vez mais sensibilizados para essa questão. E as respostas, obviamente que as autarquias não têm competências que não pontuais de apoio no que respeita a políticas de natalidade, mas têm e cada vez mais à senectude e, portanto, aquilo que eu gostaria da parte do Senhor Presidente era uma resposta por que penso que é óbvio a consciencialização deste problema que atravessa todo o país e em termos de orgânica e de apoio à rede social do concelho o que é que se está a fazer para atalhar esta questão?

Outra questão é que Aveiro foi notícia pelas boas razões, pela divulgação do rating da Times Higher Education que lista a Universidade de Aveiro entre as 100 melhores Universidades mais jovens. É mesmo algo que devemos saudar e saudar também porque relativamente ao ranking do ano passado a UA consegue subir. Portanto não é apenas algo que pela sua posição nos merece saudar, merece também realçar a dinâmica da UA e com isso fica esta saudação.

Terceiro e último assunto. Aveiro foi também notícia pelas péssimas razões Senhor Presidente, lamento dizer, por ação directa de Vexa.

Já foi aqui aduzido e eu também queria fazer um veemente repúdio, pelas suas declarações relativamente à legislação que proíbe o abate de animais e que classificou de insensata.

Estamos acostumados ao “colorido” das expressões de Vexa. Não levaria a mal que me chamasse a mim insensato na medida em que aprovei essa lei, mas como alguém referia à pouco de que não é uma questão de esquerda nem de direita, ao chamar-me insensato está também a chamar insensato ao Dr. Passos Coelho que também votou comigo essa lei e está a chamar insensato à Dr.ª Assunção Cristas que votou esta lei, e está a chamar insensato a todos porque esta lei foi aprovada por unanimidade.

E eu tenho alguma dificuldade em perceber que possa ser insensato, com toda a franqueza, uma lei que no seu artigo primeiro estabelece a proibição de abate de animais errantes como forma de “controlo da população”.

A única coisa que esta lei faz e é uma conquista civilizacional em que eu gostaria de ver Aveiro associado e não posicionar-se numa perspectiva retrógrada, em que se pode conceber que os animais se podem abater por outras razões que não a saúde ou o comportamento feroz dos mesmos – aliás, queria acrescentar em abono da verdade, poderia o Senhor Presidente referir que quem aprovou esta lei não tem conhecimento da “realidade autárquica”.

Eu quero apenas recordar que o coordenador do grupo de trabalho que ultimou a tramitação desta legislação foi um colega seu, ex-presidente da Câmara de Penacova, conhece-o de sobremaneira, e também ex-dirigente dos órgãos da ANMP e que portanto teve aliás a oportunidade de referir em plenário que tinha consciência de que alguns autarcas iriam colocar reticências (estava longe de imaginar que V. Exa seria um deles), mas que tinha a certeza de que todos acabariam de interiorizar a grande conquista civilizacional que é eliminarmos de vez o abate de animais como forma de controlo da população animal.

Não há legitimidade para tal e portanto não poderia deixar de repudiar porque não gostei de ver o nome de Aveiro associado à sua posição Senhor Presidente. Todos nós temos direito à nossa, mas o Senhor Presidente falou enquanto Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, numa reunião da Câmara Municipal de Aveiro, pior, tentando associar esta legislação à esquerda. Devo dizer-lhe que muito me honraria se isso fosse verdade. Mas em abono da verdade devo dizer-lhe que não é uma questão de esquerda. É verdade que o PCP apresentou um projeto lei, mas a verdade é que este projeto foi desencadeado por uma iniciativa legislativa de cidadãos – das poucas que viram traduzidas em forma de lei a sua pretensão e que foi subscrita por mais de 43 mil cidadãos.

E portanto Senhor Presidente, creio que já terá tido oportunidade de corrigir parcialmente a sua posição, nomeadamente do ponto de vista factual é óbvio, pois se uma lei é aprovada por unanimidade é difícil sustentar que ela é de esquerda ou de direita.

Mas manifestamente gostaria de ver Aveiro empenhado na construção de uma solução adequada para a questão dos animais e que tivesse a liderança, como tem tomado ao longo dos anos nalgumas matérias. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

“Apenas duas notas, as outras questões tratarei no ponto seguinte, no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos.

A primeira, repetir aqui o que disse no Período de Antes da Ordem do Dia da reunião da Câmara desta semana que é o meu protesto público à decisão da nova administração da Caixa Geral de Depósitos que o actual Governo nomeou que começa reforma de um banco pelo fim. Um banco que precisa de reforma, uma instituição que dá cerca de dois mil milhões de euros de prejuízo num ano algo de grave se passa, como é evidente. Começar por encerrar sessenta e um balcões sem qualquer enquadramento naquilo que seria um plano de reforma, um plano de recapitalização, não dá para perceber. É o meu protesto absoluto, no nosso caso toca-nos S. Bernardo; não me meto na questão da AIDA porque a questão da AIDA é a relação entre um banco e uma instituição privada, é um negócio entre partes privadas e portanto não respeita às nossas responsabilidades. Mas não há racional possível para aceitar este tipo de atitudes. É uma atitude não justificada, desenquadrada daquilo que todos esperamos do nosso banco público enquanto cidadãos e que é saber qual é a reforma, qual é a estratégia para recapitalizar e seguramente que o contributo destas sessenta e uma dependências para a situação em que a Caixa está é irrelevante. Mas alguém quis começar desta forma, de uma forma muito estranha, e portanto deixei e aqui repito a minha palavra de protesto e de estupefação em relação a esta decisão.

A segunda questão, a pretexto daquilo que disse o Dr. Jorge Nascimento e o Jorge Greno também, queria deixar aqui um testemunho mas diferente sobre estas questões destes atentados que se vão sucedendo na Europa e tomando uma ideia que partilhei no passado sábado quando inaugurámos o novo monumento à Aviação Naval. Esta ideia de que a Europa e o tal Mundo Ocidental, embora com um foco muito grande sobre a Europa, tem que mudar de vida no que respeita à segurança dos seus cidadãos. Não vale a pena termos ilusões. A verdade é que nós estamos numa guerra sem quartel, estamos numa prática terrorista recorrente, desde episódios mais violentos e de maior dimensão como os que tivemos em Madrid até alguns que são muito violentos e de menor dimensão na morte, no número de mortos, como este de hoje em Estocolmo. Entre um e outro tivemos vários em Bruxelas, em Londres, em Paris, em Berlim. E o que é que fazem os governantes da nossa Europa? Discurso de lamentação, homenagens e tudo continua na mesma até ao próximo atentado em que se voltam a fazer discursos e se voltam a fazer homenagens. É bom que tenhamos consciência que este mundo em que vivemos e em que vamos continuar a viver exige uma alteração total naquilo que é o quadro legal e o quadro operacional das autoridades policiais e das forças militares. Nós hoje temos que ter uma segurança na nossa rua, no nosso acompanhamento quando andamos pelo domínio público que tenha capacidade de lidar com este fenómeno. Isso não é possível com o modelo que temos hoje em que aqueles que têm capacidade e competências técnicas nesta área estão dentro dos quartéis, que são os militares, e aqueles que não têm competências nesta área fazem a nossa segurança no domínio público mas, claramente, não têm nem formação, nem enquadramento legal para este tipo de guerra urbana em que estamos metidos. Fi-lo no meu discurso e repito-o que é preciso exortar o nosso Governo e os Governos europeus para adequarem os mecanismos de segurança dos cidadãos a esta guerra sem quartel em que nós estamos todos metidos. Nós vamos sendo

felizes porque ainda não vivemos uma situação destas dentro de portas mas tivemos notícias de pessoas ligadas a estes movimentos que viveram aqui connosco. Por exemplo, um deles foi utente da nossa biblioteca municipal durante vários meses, este último que foi agora apanhado há duas semanas na Alemanha. Portanto, isto está à nossa porta. É muito importante que além, obviamente, de todas as homenagens e de toda a solidariedade haja médias objetivas para que a Europa se capacite a viver esta situação que estamos a viver porque, de facto, não é com os mecanismos tradicionais que nós vamos resolver este problema. Eu exorto a que nós possamos dar esse passo, pressionar, em termos de atitude cívica, para que haja uma adequação a esta realidade, além de precisarmos que a coligação internacional que existe e que faz, de vez em quando, uns voos e uns raids contra o Estado Islâmico que, de uma vez por todas, se organize com competência e com capacidade para acabar no sítio da origem com esse centro produtor deste terrorismo que nos vai minando no nosso seio, na nossa cultura, nos nossos exercícios de liberdade, porque, além do mais, a morte é sempre horrível mas desta maneira mas temos claros requintes. Por exemplo, o atentado de Berlim teve o requinte de ir para uma Feira de Natal ou o atentado de Paris que teve o requinte de ir para um bar, numa sexta-feira à noite, onde as pessoas se estão a divertir e a relaxar após uma semana. É, de facto, horrível demais e nós temos que lutar para que nos capacitemos como países, como União Europeia, como gente que gosta desta cultura em que vivemos de liberdade e de responsabilidade mas que tem que ter mais capacidade de se organizar de forma adequada a este mundo em que já estamos a viver há algum tempo e que não se capacita com mais um discurso porque morreu mais um conjunto de pessoas. Eu quero deixar este testemunho e a minha associação a essa luta que precisamos de fazer para nos capacitarmos melhor para este combate em que todos estamos envolvidos e onde nenhum de nós está a salvo nesta guerra sem quartel em que estamos todos metidos, portugueses e, especialmente, europeus já que há aqui uma concentração sobre a nossa Europa.”

Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 14FEV17 a 03ABR17.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra⁰¹⁹ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

“Duas ou três notas de destaque e depois abordarei já duas ou três questões abordados no Período de Antes da Ordem do Dia embora respeitando à actividade municipal.

Em primeiro lugar quisemos destacar nesta comunicação um conjunto relevante de obras que estão em curso, de projetos que já foram adjudicados, de adjudicações que estão recentemente feitas e que marcam este novo ciclo de investimento em que estamos, usando, em primeiro lugar, a nossa principal fonte de financiamento que são os fundos comunitários, depois, obviamente, do trabalho de negociação desses mesmos fundos, de execução dos projetos de elaboração dos concursos. Portanto, temos situações em diferentes fases. Destacámos as duas escolas que já adjudicámos, quer a Escola secundária Jaime Magalhães Lima, em Esgueira, quer a João Afonso de Aveiro, os processos de adjudicação já estão feitos e seguimos agora para Visto do Tribunal de

Contas e também para termos o nosso contracto de financiamento do Centro2020 que nos vai garantir o financiamento destas obras. Finalmente conseguimos adjudicar à terceira tentativa a reabilitação dos cinquenta e cinco fogos devolutos do Bairro de Santiago. Vamos constatando, nós, o nosso Município e tantos outros, a debilidade em que está o sector da construção civil já que este concurso só à terceira é que conseguimos ter concorrentes e é que conseguimos adjudicar. Eles ficaram vazios à primeira e à segunda tentativa. É uma operação muito importante, logo que tenhamos estes fogos reabilitados vamos alojar cinquenta e cinco famílias. Entretanto, teremos terminado a alteração ao regulamento da habitação social adequando à nova legislação que entrou em vigor e teremos o concurso público de atribuição destes mesmos cinquenta e cinco fogos e que está a ser ultimado. Ainda em relação a Santiago há a adjudicação do Parque Urbano que é mais uma peça do programa PEDUCA, faz parte das intervenções de qualificação dos Bairros Sociais, neste caso de Santiago, na lógica de, com essa obra, fazermos a integração do Parque de Santiago no Parque da Cidade. Portanto, o Parque da Cidade terá, dentro de si, a área da Baixa de Sto. António, do Parque Infante D. Pedro, do Parque dos Amores e de Santiago. Assim, marca-se também uma inclusão urbana da zona de Santiago.

Há um conjunto de obras e procedimentos concursais em desenvolvimento no que respeita à qualificação da nossa rede viária. Finalmente, o nosso concurso que tinha sido ganho pelo empreiteiro Manuel Francisco de Almeida está no terreno depois do empreiteiro ter tido impedimentos na sua capacidade técnica de iniciar a obra no terreno. Todo esse processo está em curso, são vinte e dois arruamentos em várias zonas do nosso Município, para além das que já aqui falaram hoje, nomeadamente a Rotunda da Junqueira e também a Variante de Cacia. Lembrando que as obras têm constrangimentos, Sr. Vinagre. Não vale a pena termos ilusões. Procuramos fazer o melhor possível, procuramos sinalizar o melhor possível, procuramos estar presente nomeadamente com a nossa Polícia Municipal em momentos mais delicados como foi, por exemplo, na Junqueira com a remoção dos semáforos. Mas, obviamente, é preciso o contributo de todos para que as contrariedades de uma obra possam ser geridas o melhor possível na certeza absoluta que no fim da obra vamos qualificar o espaço em causa. Tenho dito e repetido que é um bom exemplo disso o que se passa em Verdemilho; a partir do momento em que a rotunda esteve pronta, para além dos constrangimentos que criámos a toda a gente que por lá passava, temos um cruzamento a funcionar bem, acabou o pára e anda, acabaram as filas longuíssimas. É isso que vai acontecer também na Junqueira mas as contrariedades de execução de uma obra são inevitáveis. A obra não está parada, isto tem acontecido em quase todas as nossas obras, estamos numa fase da obra em que se está a mudar a rede da AdRA e um conjunto de elementos da nossa rede de distribuição de água que iam ficar debaixo da bolacha da rotunda e que temos que os lateralizar para que eles possam ser manuseados. Ela não está parada de coisa nenhuma, está no momento em que se está a fazer essa alteração de elementos fundamentais ao funcionamento da rede de distribuição de água domiciliária.

Concursos tão importantes como o Centro Coordenador de Transportes e a ponte-açude do Rio Novo do Príncipe estão lançados, estão já publicados em Diário da República, esperando-se passar à fase da escolha do empreiteiro, no Visto do Tribunal de Contas, qualquer uma delas carecerá de Visto do Tribunal de Contas para passarmos à Execução. É uma fase muito forte, muito importante. É o lançamento da execução dos Fundos Comunitários, sabendo que, em termos de densidade de execução da obra, os grandes anos serão os de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, mas este é o ano do lançamento das operações, dos projetos, dos concursos, das adjudicações, e são peças

absolutamente obrigatórias, depois do ano passado ter sido o ano da conquista do direito ao financiamento de todas estas operações.

Em relação a duas ou três questões que já levantaram no PAOD eu gostava de dizer o seguinte em relação à magna questão dos últimos dias: o canil. Em primeiro lugar eu quis fazer uma declaração escrita, está escrita, precisamente para que a minha frase contra a lei do abate fosse percecionada de forma global. E continuo a dizer a mesma coisa. Dr. Filipe Neto Brandão, quando a gente diz que a lei é insensata não vale a pena transformar isto num insulto individual aos seus Deputados. Não vale a pena. A insensatez da lei tem a ver com a sua desadequação à realidade. A verdade é tão forte que o artigo 6º da mesma lei que determina a sua regulamentação em noventa dias já lá vai. A regulamentação em noventa dias já lá vai, porquê? Porque regulamentar a lei é muito difícil. Chegou, há duas semanas, à ANMP a primeira proposta de Portaria para regulamentar a lei. A Portaria tem, basicamente, duas grandes e boas ideias, que lhe chama, vou usar os termos para não a deturpar, o programa de instalação ou requalificação dos centros de recolha de animais e o programa de captura, esterilização e devolução. O que é que estamos a falar entre a ANMP e o Governo? É que isto não é nada porque é preciso, agregada à Portaria, nós estamos a defender integrado na Portaria, mas se não for integrado tem que ser articulado com a Portaria, a densificação financeira destes programas. Porque esta é que é aqui a magna questão: como é que isto se paga? Quem Paga? Quanto tempo precisamos para executar tudo isto? Porque, como a própria proposta de portaria diz, e bem, é preciso mais. É preciso ampliar canis existentes e é preciso mais estruturas. Não vale a pena, é o que é. Isto não se faz em dois anos, não é possível.

Mais... na ANMP protestámos com o facto da lei, nós defendíamos na lei e estamos a tentar incorporar na Portaria, não ter um Plano Nacional de Sensibilização dos cidadãos para esta questão porque a origem está no abandono dos animais pelos cidadãos. Essa é a origem da questão. E o que é que nós fazemos sobre isso? Nada. Esperem aí... é fundamental um Plano Nacional de Sensibilização, com os mais jovens, com os mais velhos, com toda a gente, para que procuremos, na conjugação dos vários fatores ter consequência. Não vale a pena transformarmos isto nos bons ou nos maus, nos que matam cães e nos que não matam cães. Por amor de Deus, ninguém quer matar cães. Agora, a vida útil de um cão anda entre os catorze e os dezasseis anos. Se um cão entra num canil com dois anos como é que é a nossa vida, como é que ele lá está catorze ou quinze anos? Os níveis de adoção são muito baixos. Pode aumentar? Sim e queremos que aumentem mas serão sempre baixos. Os cães mais velhos ou mais feios, as pessoas já não os querem adotar e nós vamos ter que os gerir no canil. É preciso tempo e é preciso dinheiro. Foi este o alerta e o alerta não é meu, eu apenas sou vice-Presidente da Associação nacional de Municípios, como sabeis, estou na frente da negociação com o Governo, o pelouro das finanças é meu, e nós temos dito ao Governo “quem é que paga isto?” e “como é que isto se paga?”. Mais... a própria proposta de Portaria define uma caracterização prévia porque, em Portugal, ninguém sabe verdadeiramente a real dimensão deste problema e é preciso conhecê-la. Há alguns municípios que sabem, os municípios da Região de Aveiro sabem. Fizemos um estudo sobre a caracterização da nossa situação e o desenho de um canil intermunicipal e fizemos um outro estudo sobre a organização dos serviços médico-veterinários para várias coisas e uma delas para gerir o canil intermunicipal. E é isto que está em causa porque de resto nem vale a pena falarmos dos nossos passivos. Das primeiras decisões que tomámos quando chegámos à Câmara foi fechar o nosso vergonhoso canil por ordem da Direcção-Geral Veterinária. O nosso canil ainda começou a ser construído pelo Presidente Alberto Souto; nunca se acabou o nosso canil. Vocês passam ali à frente do Matadouro, ao lado dos serviços

Urbanos da nossa Câmara, está lá um edifício alvorado, parado há sete anos. Não fomos capazes. Qual é a aposta? É neste quadro intermunicipal, fazendo as contas a tudo, ao que temos que fazer de obra; à gestão da operação de recolha e da gestão do canil; aos serviços médico-veterinários com um problema gravíssimo que também estamos a tentar resolver com o Governo, com este porque nunca se resolveu com nenhum dos outros, porque os veterinários municipais têm duas tutelas que são as câmaras municipais e a Direcção-Geral de Veterinária, o que é um problema gravíssimo para nós e para o Ministério da Agricultura para gerir isto tudo. É esta visão global das operações todas que me levou a dizer que a lei, de per si, sem olhar à sua aplicação prática é insensata.

Dr. Filipe Neto Brandão, não lhe estou a pôr a si mais responsabilidades por ser deputado, gerimos aqui essa sua outra função com toda a delicadeza democrática, mas ajude-nos nesta negociação que estamos a ter com o Governo por causa da Portaria. A Portaria é o que conta, como bem sabe, é o que define os pormenores. Mas ajude-nos para podermos chegar a um acordo para podermos, de facto, materializar as boas intenções da lei porque a lei tem boas intenções. Mas como é que elas se materializam? Ninguém sabe responder. Quando chegou a primeira proposta de Portaria nós dissemos “estamos na mesma” porque temos boas intenções mas mais nada. A Portaria já não pode ser como a lei tem que definir as operações.

Portanto, queria deixar esta nota, obviamente que seguramente voltaremos à matéria, do nosso absoluto empenho no quadro do Municípios de Aveiro, mas também no quadro Intermunicipal e Nacional para termos um programa completo para tratarmos bem, globalmente bem, de um problema que é nacional e que em regra não se fala porque há destinos que dão aos animais que são, de facto, inconfessáveis, pelo país inteiro. É preciso agir mas para agir é preciso tempo, dinheiro e sensibilização, participação com sensibilidade de todos nós, de todos os cidadãos.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

“O PCP colocará neste ponto algumas questões que fazem parte do boletim municipal do Senhor Presidente de Câmara onde as minorias e a oposição não têm direito de meter uma vírgula.

Em relação à questão do canil aquilo que foi grave senhor Presidente de Câmara, foi a insensibilidade das suas declarações referindo-se a uma lei que tem no seu âmago e no seu espírito de facto valores bons. E referir-se daquela forma àquela lei foi de facto “insensível” citando-o. Situação que se agrava, desconhecendo-se aquilo que é uma situação de carência grave do município de Aveiro de condições para resolver os problemas dos animais sem dono.

Na realidade Aveiro faz muito tempo, muitos anos, se é que alguma vez teve, um canil com espaço e a modernidade necessárias para tratar com respeito aquilo que é a vida animal que todos respeitamos e queremos. A realização daquela lei, como já aqui foi referido, foi proposta pelo PCP e depois teve a unanimidade dos restantes partidos, aquela lei de facto não desconhece o atraso do nosso país nessa área. Quem a fez não é tolo nem vive em marte! E o senhor Presidente de Câmara na sua intervenção colocou aspetos que são de facto verdade e corroboramos. Há autarquias em estádios de desenvolvimento em relação aos animais completamente díspares. A Lei aponta um caminho e aponta uma direcção à sociedade. A valorização que o Senhor Presidente fez dela ficou-lhe mal, foi insensível.

Senhor Presidente de Câmara, Aveiro deve trabalhar para construir as infraestruturas necessárias para resolver o problema. Resolver a construção de um canil com

instalações modernas que dê aos animais condições, do ponto de vista técnico, com pessoal preparado para acorrer às necessidades, portanto um canil que esteja em condições para fazer a desparasitação, injetar as vacinas necessárias, para que os animais estejam em condições para devolução à sociedade de quem os queira receber. Porque um dos problemas também é este – é que os animais uma vez institucionalizados não são bem tratados e isso dificulta a devolução à sociedade. Portanto aquilo que o PCP propõe é um caminho em que a Câmara de Aveiro encete rapidamente esforços para enfim resolver este problema o mais rapidamente possível. Naturalmente ao abrigo da legalidade e de acordo com as necessidades. É preciso resolver este problema com urgência pelos vários motivos que já aqui foram levantados.

Outras questões relevantes na vida da comunidade aveirense são a situação da casa da esquina da rua direita. Estamos a falar daquela que era a casa mais antiga do município de Aveiro que teve uma intervenção de demolição em que apenas lhe aproveitaram a fachada e na realidade o PCP considera que essa atitude não dignifica aquilo que é a defesa do património histórico, arqueológico, paisagístico e urbano do município de Aveiro. Consideramos que a Câmara deve encetar esforços para minorar ali aquela situação e que não se entende o que se passa, com desabamentos, incêndios. Enfim. A situação em que está aquela rua cria problemas ao comércio local à população local, enfim está ali um problema que tem de ser resolvido rapidamente.

O PCP considera ainda em relação à MoveAveiro que os ajustes realizados em março não foram ao encontro daquilo que eram as expectativas da população. Pior. Ao nível da bilhética resultaram num encarecimento dos bilhetes. Basta ver o bilhete de ida e volta que dantes podia ser comprado dentro do autocarro e agora apenas fora do autocarro e com isso faz o seu encarecimento.

O PCP chama ainda atenção para o edifício da esquina da Vitasal. Uma obra embargada pela Câmara há muitos anos e que em virtude da escola profissional ali perto, ali confluem centenas de jovens por dia e é uma situação de degradação que pode ser um perigo para a sociedade. É preciso que a Câmara de Aveiro não se limite a limpar o matagal é preciso tomar medidas para o emparedar daquele edifício seja de que forma for. Aquilo é um perigo para a nossa comunidade aquela obra naquela situação.

O PCP na Assembleia vem reafirmar aquilo que já dissemos em comunicado há quinze dias atrás. É grave o encerramento de mais agências da CGD no nosso município. Na realidade estão em causa uma agência em São Bernardo e outra na Aida, que se somam a encerramentos que já houve, nomeadamente em Aveiro sul e Barrocas. É importante uma posição firme da autarquia de Aveiro em relação a esta matéria.

Termina, rapidamente, para dizer o seguinte: qualquer ideia que passe pela construção de um parque subterrâneo no Rossio, nomeadamente debaixo do parque, será um procedimento de profunda insensibilidade naquilo que é a construção do município. Constituirá um arrepio das mais elementares normas de circulação viária, de harmonização do laser com o espaço viário do município. E pior, qualquer construção devido à natureza do terreno e a sua proximidade com os espaços húmidos é absolutamente difícil. Aquilo que se poderá ali verificar será um erro para gerações. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

“Senhor Presidente o Bloco de Esquerda precisamente há um ano atrás apresentou nesta Assembleia Municipal uma proposta de recomendação para que Aveiro voltasse a ter um canil. Uma estrutura descentralizada que pudesse dar resposta aos problemas daquilo que deve ser uma política pública animal. Uma proposta que pedia a existência de uma

unidade móvel onde se pudesse ser feitas esterilizações e que de uma vez por todas se acabasse com a política do abate que o Senhor Presidente tão facilmente delegou no concelho de Ilhavo.

Essa proposta foi chumbada pelo seu partido e pelo CDS e continuamos à espera do seu trabalho nesta áreas desde o início do seu mandato. Encerrou o canil em novembro de 2013 e desde aí não fez nada, não quis saber e continuamos na mesma. Obviamente que agora dizer que não temos uma resposta para dar à nova lei é admirável, pois teve todo um mandato para por em prática uma política que desse resposta ao problema dos animais errantes. Agora desviar o problema para o concelho vizinho seria suficiente para não se ter de preocupar mais com isso? Tem um problema e tem que o resolver.

O Bloco de Esquerda voltará a apresentar uma proposta de recomendação ainda nesta Sessão de Abril. E só um pormenor senhor presidente, lembra-se de quando encerrou o canil disse nesta assembleia que o abate não era a solução mais aplicada até porque era mais cara. Dizia que o abate dava para alimentar um animal, dois ou três meses. Então agora vem dizer que não vai haver condições para ter animais velhos que não há forma de os cuidar. Isto é um problema da sociedade. Tem de haver uma resposta por parte do poder local.

Em relação ao parque de estacionamento. O Senhor Presidente fez muita questão durante todo este mandato de tentar dizer o quanto se apresentava em Aveiro com um projeto novo, demarcando-se da governação de Élio Maia, a mesma maioria PSD/CDS que o apoiou. Pois bem, nem se mudaram os tempos nem se mudaram as vontades. Élio Maia queria um parque de estacionamento na Avenida o senhor Presidente quer um parque de estacionamento no coração da cidade. E tal como Élio Maia foi derrotado pela população o senhor também sairá derrotado. Não vale a pena pensar em obras que não dão resposta às necessidades da cidade e das pessoas. Não vale a pena pensar em obras que até contrariamente aos Fundos Comunitários que quer usar, o parque de estacionamento não está incluído nesses fundos europeus. E a solução que o senhor presidente apresenta é construir um parque de estacionamento no centro da cidade. Então está resolver que problema?

Em relação ainda à requalificação que pretende fazer para o largo do Rossio. É mais uma prova de quanto a estratégia que o Senhor tem para Aveiro é vazia de conteúdo. Não se pode pensar a requalificação de um espaço público com dinheiros de fundos europeus. E depois fazer um concurso de ideias que é depois para a empresa que tiver a melhor ideia aplicar. O espaço público é para usufruto das pessoas e não para ser entregue a privados, não é para o negócio. Se não tem uma ideia do que deve ser a requalificação dum espaço como o Rossio, central para a cidade, então dificilmente terá uma estratégia para o futuro de Aveiro.

Ainda uma nota sobre a questão do edificado degradado. O Senhor Presidente apresentou 325 edifícios degradados. Congratulamo-nos por isso porque era algo que o bloco lhe andava a perguntar a algum tempo. Continuamos é a não perceber como é que havendo uma majoração que o IMI permite e aprovou essa majoração apenas de 10% quando a mesma podia ser de 30% e agora vem dizer que quem andou a prevaricar todos estes anos, que foram os proprietários que não conservaram os seus edificados, não fazendo distinção se o proprietário tem condição para a conservação ou não, bem dizer que há benefícios fiscais para todos. Ou seja, mais uma vez com Ribau Esteves o crime compensa. Não se cumpre a lei e depois no fim é premiado com benefícios fiscais por não se ter cumprido a lei. É lamentável. Fico-me por aqui.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²³

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁴

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁵
Vogal Ernesto Barros (CDS-PP)⁰²⁶
Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁷
Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁸
Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²⁹
Vogal Paulo Fontes (PS)⁰³⁰

Presidente da Mesa:⁰³¹

“Antes de falarem os senhores três deputados na sequência da intervenção do Senhor deputado Paulo Marques, referir, eu nem sei, talvez pela enésima vez eu agradecia que todos os senhores deputados, a começar pela primeira intervenção, respeitem a prática e o Regimento e falem para a Mesa e não para as outras bancadas.

Senhor deputado Paulo Marques, tenho imensa pena mas tenho que insistir. Agradecia que V. Exa cumprisse essa norma que é um bom preceito e que é enfim do nosso regulamento. O pedido de que se dirija à Mesa não é a nenhum de nós em particular, mas sim à Mesa, como instituição para evitar estas situações de defesas da honra.

Porque enfim, devo dizer meus senhores, houve aqui uma bela retórica, mas estamos todos rigorosamente na mesma.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³²

Vogal João Barbosa (PS)⁰³³

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰³⁴

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“Obrigado Senhor Presidente. Sobre a atividade municipal breves considerandos. Um só para suscitar a minha estranheza, nada mais que isso, porque este relatório é de uma natureza retrospectiva não é prospetiva. Portanto é o relato daquilo que a Câmara fez neste período. E portanto todas as rubricas o referem menos a Bienal Internacional de Cerâmica artística de Aveiro que se irá realizar, eu reli duas vezes para ver o que é que justificava esta alusão aqui. É um evento que ocorrerá em Outubro/Dezembro de 2017, e até eu concebo que a Câmara terá de fazer algumas coisas até final do ano e pergunto qual é a justificação para aqui estar ou se foi um lapso.

Mas como também se pode e deve elogiar aquilo que é bem feito, quero saudar a Câmara pela realização dos protocolos com os Bombeiros. É de inteira justiça apoiar aqueles que dão o melhor de si, dia e noite, para a salvaguarda de todos nós, pois são as corporações de Bombeiros a espinha dorsal da proteção civil em Portugal, é o único país em que a proteção civil está sustentada no voluntariado, mas ainda bem que assim é. E portanto, o retomado apoio financeiro ao Bombeiros é algo que nos importa sublinhar.

Há pouco alguém referiu, mas a questão a questão do AveiroBus teve vicissitudes e estamos recordados o que se passou na última sessão em que uma senhora veio partilhar connosco as suas angústias relativamente ao transportes de passageiros na sua freguesia, o senhor Presidente diz que foram feitos os ajustamentos e que fará no final do primeiro semestre outra operação de reavaliação e portanto, aquilo que eu pergunto é se relativamente ao feedback do serviço se neste momento considera que os problemas estão todos ultrapassados ou ainda tem elementos que identificam insatisfações?

Queria saudar (lá está recordar as coisas boas que foram feitas) o retomar dos Sons em Trânsito em Aveiro que vem referido e muito bem. Esta uma recuperação de uma das melhores iniciativas que alguma vez o município teve e que chegou a constituir uma das suas imagens de marca identitárias no país. Saúdo o retomar do festival Sons em Trânsito e felicitar o empresário Vasco Sacramento que de facto podia estar noutra

cidade portuguesa com eventual vantagem para o exercício da sua atividade mas fez questão de estar sediado em Aveiro. Portanto era de toda a justiça referir-lho.

Senhor Presidente à pouco falava da Feira de Março. É bom que ela conheça o sucesso que a distinguiu. Penso que também é de inteira justiça (o assunto está feito) fazer referência ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, eu recorde aqui os protestos dos empresários de diversão por uma questão que acho de inteira justiça, que é o regime de IVA que lhes era prometido desde que em 2013 a Assembleia da República por unanimidade tinha recomendado ao governo o reconhecimento de uma especificidade em regime de IVA e que como bem sabe nada foi feito. Portanto passaram quatro anos e a 4 dias do início da Feira de Março, o Senhor Secretário de Estado, Fernando Rocha Andrade, comunicou a instâncias, a tempo de atalhar as preocupações. Foi comunicado que no orçamento para 2018 será considerado o regime de IVA forfetário e portanto, a muito breve trecho veremos que está consagrado em proposta, como aliás apesar de todo o cepticismo temos vindo a acolher as propostas tal como vem sendo garantidas.

Ultima questão que tem a ver com o parecer da ciclaveiro que o Senhor Presidente da Assembleia fez questão de distribuir a todos os membros desta Assembleia e de algumas questões que de facto merecem a nossa reflexão e tem a ver também com a projeção do planeamento para Aveiro. E parece-me que algumas das ponderações que são suscitadas devem merecer a reflexão de todos, máxima, a Câmara Municipal. Porque eu creio, todos reconheceremos, o paradigma da mobilidade é das coisas que está a acelerar de forma dramática na Europa. A tal ponto que os automóveis automobilizados serão uma realidade e têm vindo a mudar o paradigma atual que temos. E portanto a perspectiva de atrair veículos para um parque no Rossio parece-me em total dessintonia com estas perspectivas que se abrem. Quer dizer, a ideia de que (sem ter certezas sobre a matéria), mas a ideia de pedonalização da rua João Mendonça parece-me uma inevitabilidade a curto prazo. E portanto obstar essa pedonalização criando um parque, quando a tendência europeia é de afastar dos centros os veículos motorizados de transporte individual, conflitua com essa pedonalização ou com essa devolução da cidade aos peões.

Não sou perentório, mas se esse acesso fosse pela Rua João Afonso não me chocaria embora continuasse a achar que não seria necessário. Isto porque vai ao arrepio daquilo que eu vejo lá fora. Lá fora cada vez mais se afastam os carros do centro e portanto colocar um equipamento que na prática é um incentivo à convergência para o centro parece-me de facto Senhor Presidente uma melhor ponderação. Não sei em que pé está essa previsão do que refere no relatório de atividades e era essa reflexão que gostava de ver aqui partilhada. Muito obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰³⁷

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³⁹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

“Obrigado Senhor Presidente. Eu penso que a forma como correu esta assembleia até este momento comprova a qualidade da gestão da Câmara Municipal de Aveiro. De facto não foi aqui durante este longo período, não foi aqui levantada qualquer objeção fundamental à atividade da Câmara Municipal de Aveiro. Antes pelo contrário. O que estamos a começar a assistir é a caça à palavra mal dita, à palavra retirada de contexto,

estamos a começar a assistir à época da maledicência. Porque eu de facto ouvi aqui de facto dizer duas ou três coisas apenas, mas propostas zero! Zero.

Portanto vamos ter uma campanha eleitoral muito interessante. Eu já na última assembleia tinha dito que tinha começado, afinal confirma-se que já começou. Mas o Senhor Presidente deve estar tranquilo porque a oposição reconhece-lhe valor dado que não consegui-o criticá-lo em grande coisa.

Depois deixe-me dizer-lhe outra coisa senhor Presidente. Eu aconselhava-lhe a contratar o Dr. Jorge Nascimento para seu negociador. Negociar em sua representação. Porque de facto esta capacidade que o Dr. Jorge Nascimento tem de convencer os industriais de diversão a virem para Aveiro, instalar-se na Feira de Março sem nenhuma contrapartida, ó Senhor Presidente tem de ser aproveitado. Aliás, eu até quase que sugeria ao governo que o aproveitasse. Porque a propósito dessa matéria deixem-me só dizer o seguinte. O que o Senhor Presidente da Câmara fez foi substituir-se ao governo, ao baixar as obrigações aos senhores industriais. Um Governo que não pode deixar de ser oportunista e eleitoralista com tentativa de intromissão nas eleições autárquicas, porque o governo deixou primeiro ver se o Senhor Presidente se ia queimar em lume brando, ver se o Senhor Presidente não resolvia o problema dos industriais de diversão – porque de facto a Feira de Março necessita dos industriais de diversão. Primeiro tentou ver se o Senhor Presidente se atrapalhava e se não resolvia o problema. E no dia imediatamente a seguir a tê-lo resolvido o Governo sai com uma solução milagrosa que é – em 2018 meus senhores os industriais da diversão vão ter uma redução do IVA. É fantástica a coincidência, não é. Não se acredita em bruxas mas que há, há. De maneira que estamos conversados sobre essa matéria.

Sobre uma outra matéria. Sobre o Rossio. O Senhor Presidente tem um problema do “arco-da-velha, que é este. Quando o Senhor Presidente da Câmara apresenta soluções o Senhor Presidente da Câmara é um ditador. Quando o Senhor Presidente resolve ouvir os cidadãos o senhor Presidente da Câmara não tem ideias! O Senhor Presidente da Câmara decida-se por favor. Veja lá se tem ideias ou não tem ideias. De uma vez por todas diga lá se é um ditador ou não tem ideias rigorosamente nenhuma!? E com isto tudo lá se foi a democracia de base que ainda à bocadinha ouvi defender logo dois minutos depois de ter sido atacado por ter utilizado técnicas de democracia de base. Fantástico, não é!?

Esta Assembleia é muito gira nestas coisas. Eu gosto de vir cá. E gosto particularmente de vir cá porque não venho servir os interesses de ninguém. Não é a primeira vez que nesta casa que há deputados municipais a defender os interesses que não sejam os interesses de Aveiro. A Única coisa que eu gostaria de dizer era que desafio os Senhores deputados municipais que têm este tipo de intervenção, não a insinuar que outros estão a defender os interesses de seja quem for, mas a provar que estão ao serviço de seja quem for. É tempo de nós termos aqui uma relação entre nós de transparência e dignidade e não uma relação de insinuações.

Finalmente mais dois pontos só. Parque do Rossio ainda. É espantoso que estejamos a discutir os automóveis no centro de Aveiro e estejamos a dizer que a existência de um parque (não estou a definir aqui a minha posição sobre essa matéria) no Rossio deve ou não deve existir. E chamarmos atenção para que se há um parque no centro de Aveiro e isso signifique mais automóveis no centro de Aveiro e é espantoso que ninguém explique (a não ser o Dr. Filipe Brandão, honra lhe seja feita), primeiro dizer que ainda não há decisão sobre a existência ou não de um parque no Rossio, segundo não há decisão sobre as estradas que levariam até esse parque.

Portanto afirmar perentoriamente que colocar um parque no Rossio é colocar mais automóveis no centro da cidade, não sei em que é que se baseia? Porque pode até servir

para tirar mais automóveis do centro da cidade dependendo das acessibilidades ao parque, como é óbvio — e no caso de ele vir a ser construído.

E também gosto muito de ouvir aqui os deputados julgando-se engenheiros, das dificuldades de construção daquele parque!? Certamente devem ser as mesmas dificuldades que (ou não sou especialista na matéria) o Fórum teve aqui ao lado para construir o piso -2 do parque de estacionamento. Devem ser assim semelhantes. São grandes de certeza absoluta e teremos possivelmente chamara engenheiros da Holanda, mas repito no caso de se vir a decidir fazer o parque de estacionamento.

Ultimo ponto. Se reparou Senhor Presidente, só é permitido dizer mal de si aqui. Portanto eu vou continuar a dizer mal de si aqui. Não é só estar a cumprir as suas obrigações. Porque quando cumpre as suas obrigações nós não temos mal para dizer de si. Portanto veja lá se não cumpre que é para se poder dizer bem de si. Porque se não o que é que eu vou fazer, o que irão fazer os deputados da oposição, se não podem dizer bem de si. Depois somos louvaminhas, é beija-mão, sei lá o que é. Olhe eu só lhe beijo a mão porque quero ser deputado outra vez e deve ser por causa disso. Portanto o senhor presidente não cumpra sempre as suas obrigações. Cumpra só de vez em quando está bem. Mas faz favor de continuar a ser o Presidente da Câmara que tem sido e a trabalhar do bem de Aveiro como tem trabalhado e certamente os aveirenses lhe darão em outubro oportunidade de continuar por mais 4 anos. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa

“Os Senhores deputados, como dizia um amigo meu, estão a transformar esta sessão numa autêntica “penitência de quaresma”. Mas tubo bem, se é assim que querem.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁴²

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴³

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

“Dr. Filipe Neto Brandão, só para partilharmos com os seus rankings todos o ranking da Bloom Consulting que saiu na semana passada pelo terceiro ano consecutivo, esqueceu-se desse. É nosso mérito, desta Câmara, das anteriores, de termo um grande município. Somos o décimo melhor do país, o segundo melhor na Região Centro, de longe o primeiro na Região de Aveiro, portanto, estamos numa boa onda, prosseguimos uma boa onda e recomendo-lhe a leitura desse índice que é um índice muito complexo, muito bem elaborado, que vale a pena ler mesmo em termos de exercício de formação geral.

Duas ou três notas em relação ao canil. Dr. Jorge Nascimento, eu sei que nós não nos entendemos e não nos vamos entender; está combinado isso por si, tem essa fixação em mim. Sugiro-lhe só o seguinte embora eu deteste testes de seriedade, Sr. Dr. De facto, acho uma falta de seriedade incomensurável da sua parte pôr a minha em causa. Não sei se o Sr. tem e-mail, julgo que sim, no fim da Assembleia Municipal, proponho-lhe que venha aqui ao meu lado para eu tirar o meu computador portátil que está aqui na minha mala para lhe enviar os dois estudos para o seu email, para acabar com esta coisa que não é séria, na minha opinião é até chocante, pelo facto do Sr., sistematicamente, colocar em causa a minha seriedade. Não lhe vou dizer que não lhe admito isso porque a si, sinceramente, admito-lhe tudo porque o Sr. Dr. é esta personagem desconjunturada politicamente e, portanto, já lho disse, até lhe acho graça, acho-lhe piada. Agora, deixemo-nos de brincadeiras quando estamos a falar de seriedade. Quando acabar a Assembleia o Sr. vem aqui, estou a propor, obviamente, não estou a dar nenhuma ordem,

vem aqui ter comigo para eu tirar o computador que está aqui às minhas pernas para lhe enviar os dois estudos para o seu email. Só ponho uma condição é o Sr. Dr. arranjar quatro ou cinco horas para ler os estudos. Estes estudos custaram setenta mil euros à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Surgiram no âmbito de um projeto piloto que a Região de Aveiro chamado partilha e integração de serviços entre municípios. Assinámos um protocolo com o Governo anterior e tivemos um orçamento, por via do orçamento do estado, para fazermos este e vários outros estudos. Escolhemos várias áreas de governação municipal que entendíamos que deviam merecer análise para serem passadas da gestão municipal para a gestão intermunicipal. Forma várias: meteorologia, a do canil e dos serviços médico-veterinários, da gestão de compras, entre outras. Para cada uma delas foram desenvolvidos estudos, trabalho, objetivos, para tomarmos decisões políticas de concretização ou não concretização. Por exemplo, enquanto nesta área a decisão que tomámos foi a de dar continuidade, já, por exemplo, na área da meteorologia estávamos convencidos que a dimensão intermunicipal era útil para gerir a meteorologia mas os estudos que fizemos e a discussão que terminámos há dois meses foi a contrária da nossa perspectiva inicial. Não há condição, nem sustentabilidade técnica e financeira, para fazermos o gabinete intermunicipal de meteorologia. Portanto, foi este caminho sério e objetivo de onze municípios que têm conhecimento de um problema e entenderam e os estudos reconheceram a validade desse entendimento que é a escala intermunicipal que exige esse trabalho. O trabalho é iniciado em meados de dois mil e catorze; os trabalhos são terminados em meados de dois mil e dezasseis, quando a lei surge em Agosto de dois mil e dezasseis. Nós olhámos para aquilo e dissemos que podemos avançar, claro que sim, mas temos que cuidar de ter nesta solução que o estudo definiu uma primeira fase porque, para responder às exigências da nova lei, é preciso uma segunda fase para aumentar a capacidade da nossa atuação. Fomos tratar de tudo... dos tratadores-apanhadores que são precisos para fazerem o trabalho de recolha, uma função difícilíssima que as câmaras têm tido de não conseguirem ter gente que queira ser tratador-apanhador, porque, além do mais, o país proibiu um conjunto de mecanismos de apanhar animais e hoje já quase só se pode apanhar pela mão directa. E gente disponível para, na administração pública, a ganhar o miserável ordenado mínimo nacional, efetuar essas funções não há. É evidente que não estamos aqui a dizer que entregamos à gestão privada porque se não há já aqui uma malta que começa a abanar na cadeira e a dizer que isso dos privados é uma desgraça. É esta atitude da procura de uma solução sustentável. Veja no estudo, Dr. Jorge Nascimento, quanto é que custa o funcionamento do canil. É muito caro. Mas está lá um exercício como é que o pagamos porque é preciso pagar. Esse pagamento tem uma fonte que vem da receita dos cidadãos utilizadores mas que tem uma participação nos custos muito baixa. A experiência diz-nos que a utilização directa propicia-nos uma receita muito baixa no que respeita à comparação com os custos totais. É este o trabalho sério de quem quer fazer bem. O estudo aponta para Aveiro, depois um pólo a norte, entre Estarreja e Ovar, e depois ainda um outro no eixo Ílhavo-Águeda. E porquê Aveiro? Não é porque nós já temos um canil começado, não é aquela coisa do “já agora aproveita-se o canil começado porque ele cumpre a lei”. A lei, nas condições técnicas dos edifícios desta natureza, não mudou. A questão é que nós também temos no nosso município, pela densidade populacional, pela nossa condição geográfica de área urbana misturada com área rural e florestada, temos um produção. O primeiro trabalho que foi feito neste estudo foi caracterizar, foi verificar quantos animais estamos a produzir abandonados na via pública. Em cima dessa análise, com dados, que nalguns municípios são muito objetivos e noutros não são nada objetivos, nem toda a gente tem feito medição a este nível, vamos procurar fazer o exercício para concretizar uma

operação. Só que há dois problemas adicionais: primeiro, somos município FAM. Estivemos proibidos, por lei, em boa verdade ainda vamos estar até ao próximo dia dezanove de Abril, mas validemos o Visto do Tribunal de Contas, estamos proibidos por lei de fazer despesas desta natureza de investimentos em Canis. Segundo, desgraçadamente Canil não é elegível nos Fundos Comunitários do Portugal2020. Nós, Associação Nacional de Municípios, lutámos muito com o governo anterior e com o actual para que fosse porque há questões de vária natureza que deviam justificar que o Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência de Utilização de Recursos – POSEUR permitisse a ilegitimidade dos canis. Quando estamos, agora, a dizer ao Governo para esperar com a sua Portaria absurda significa que estamos a renegociar a reprogramação do Quadro Comunitário, ainda hoje a minha reunião em Lisboa, de três horas e meia, liderando a delegação da ANMP, um dos assuntos foi a reprogramação do Portugal2020, uma das tipologias que nós precisamos que entre para a ilegitimidade é a tipologia dos canis, nomeadamente para cumprir a lei para que a Portaria não seja um acto de nada.

A lógica de quem quer mesmo resolver os problemas é esta: é de desenhar as soluções, lutar por elas e vir a concretizá-las.

Já está o problema da Câmara resolvido, já vamos poder passar a cumprir a Lei dos Compromissos, já podemos fazer essa despesa. É verdade. Até aqui não podíamos. É esta a atitude em encontrar soluções objetivas.

Porquê a dimensão intermunicipal? O estudo explica. Nós não precisamos de uma equipa a tempo inteiro nomeadamente tratadores-apanhadores. Uma equipa a tempo inteiro faz bem a gestão dos onze municípios, rentabiliza os recursos humanos afetos, rentabiliza as viaturas que estarão afetos.

Há, de facto, da nossa parte, da minha parte e dos dez colegas presidente de câmara que comigo gerem a Comunidade Intermunicipal, a construção de soluções e não andarmos aqui com armas de arremesso porque com armas de arremesso não resolvemos o problema. Temos que agradecer a várias entidades privadas, com mecanismos que não podemos revelar com clareza, nos ajudam imenso a resolver alguns problemas. Se não fossem elas nem sei o que é que a gente fazia aos animais. Este é um problema crescente, fortemente, crescente, no nosso município, na nossa Região de Aveiro e no nosso país.

Queria pedir uma ajuda ao Filipe Guerra. O meu amigo, como comunista que é, membro da geringonça, que tem o Jerónimo que é ministro sem pasta. Eu sei que é porreiro nós estarmos com um pé dentro e um pé fora, mas não pode estar aqui de bandeira despregada. Faça o favor de usar a sua influência junto do Governo que o condiciona no Parlamento para que a Caixa Geral de Depósitos, dona daquele mamarracho à frente da VitaSal, resolva o problema; para que o ministro das Finanças digam àqueles rapazes que têm de resolver o problema. Faça o seu papel porque o Sr. é sustento do Governo. Não venha para aqui pôr ao José Ribau Esteves, presidente da Câmara de Aveiro, o sustento para resolver problemas que são do Governo, não são da Câmara de Aveiro. Mais...faça o favor de exercer a sua influência de quem condiciona a governação para ajudar a pôr em ordem esta coisa disparatada dos balcões que fecham da Caixa Geral de Depósitos. Vocês têm que tomar uma decisão. Eu sei que só um homem extraordinariamente habilidoso, um homem da maior inteligência política que eu já conheci a minha vida, chamado António Costa é que atura o que ele atura porque o PCP e o Bloco de Esquerda conseguem num minuto serem violentamente a favor do Governo mas no minuto exatamente a seguir serem violentamente contra. Só um homem da absoluta flexibilidade política como é António Costa consegue aturar isto. Mas eu não. Exorto o Bloco de Esquerda e o PCP a deixarem a conversa da treta e agirem na influência política dos dois ministros sem pasta, Jerónimo e Catarina, a ajudarem-nos a

resolver os problemas que são do Governo e não da Câmara de Aveiro. Nós exercemos a nossa influência política completa e ativamente mas não mandamos, vocês mandam. Já falámos aqui de várias coisas, por exemplo, o IMI. Baixem o IMI, está no Orçamento de Estado e quem fez o Orçamento do Estado foram vocês. Acabem com o FAM, são vocês que legislam. Agora, deixemos este circo absurdo. Não sabem bem se aqui têm responsabilidade mas têm responsabilidade.

O concurso de ideias e o Rossio. Em primeiro lugar quero dizer que nós, desde que chegámos, lançámos um programa claro, assente numa estratégia da Região de Aveiro que demorou três anos a refletir, com muitas ações públicas. Em cima dessa estratégia definimos o nosso plano de negociação dos financiamentos dos Fundos Comunitários, depois abrimos a perspectiva, quer da revisão do PDM, quer do PEDUCA. Portanto, andamos há três anos e meio a trabalhar nisto. Ideias da oposição são o mais absoluto zero.

Quando nós passamos para a formalidade do concurso de ideias há duas coisas que ainda continuam a ser possíveis: uma é ideias informais; demos aqui o exemplo da Ciclaveiro. Fizeram um documento, com coisas que a gente concorda, coisas que a gente não concorda, mas úteis para a reflexão. Depois há quem decida, claro; quem está mandatado tem que decidir. Mas quem contribui com propostas positivas, negativas, são as suas propostas, é muito útil. Sabem quantas propostas é que recebemos aqui da ala esquerda? Nenhuma. A partir de certa altura temos que passar para as formalidades. Porque é que nós decidimos ir para um concurso de ideias e não contratar um projetista para fazer o projeto? Em tudo o resto contratámos projetistas: Estação, Rua da Pêga, a ciclovia Estação-Fábrica Campos, o Fernando Távora; tudo foi por contratação directa de projetista. Aqui não. E não porquê? Porque temos as ideias base claras mas não temos as ideias maturadas ao ponto de, em vez de irmos para o amadurecimento usando o procedimento legal do concurso de ideias, irmos diretamente comprar ao projetista. Eu recomendo ao João Barbosa, à Rita Batista e a vários de vocês, que leiam o processo. E João Barbosa não me venha cá com o telefonema, saiu ontem no Diário da República, está publicado desde ontem o Concurso de Ideias. Toda a gente tem acesso ao Diário da República, está lá tudo. Mas aqueles que não são Arquitectos, não têm competências técnicas para virem ao concurso não se inibam e façam como a Ciclaveiro fez. Um email, uma conversa, partilhem as ideias. Eu tiro os carros de lá, sim. Mas como é que as pessoas da Beira Mar vão para casa, como é que eu abasteço o moliceiro, como é que eu faço a gestão dos restaurantes e dos bares, etc. Vamos embora mas não é com retórica. É com textos, é com uns bonecos, é assim que nós pensamos; não é a mandar bocas que não servem para nada. Deleitam-nos aqui um bocado a falar uns com os outros e todos gostamos muito de estar aqui a conversar uns com os outros, mas no fim da conta temos que tomar decisões para que as coisas aconteçam. E é esta a nossa opção; é tomarmos decisões para as coisas acontecerem. Nós discutimos muitíssimo com os nossos projetistas sobre se havíamos de reabilitar a Ponte de S. João ou construir uma nova porque as soluções técnicas davam para os dois lados; uma mais cara, outra mais barata. Mas no fim da conta tivemos que tomar uma decisão. Vai haver gente a dizer que esta ponte velha que um dia destes irá abaixo é que era boa e a nova é uma desgraça. Assim como haveria gente que se fizéssemos o contrário diriam que somos uns totós, deviam ter feito uma nova que esta velha não presta. Pronto, mas isso é da vida, nós é que temos que tomar decisões procurando sempre, tenham essa certeza absoluta, as melhores decisões de entre as possíveis. E aí é outra a questão: é que nós trabalhamos no mundo das possíveis e há aqui gente que trabalha no mundo daquilo que não é possível.

Querida também deixar uma nota sobre a questão da rua Direita e da “casa”. O valor patrimonial que foi cadastrado pelos serviços da nossa Câmara e pelos serviços do Ministério da Cultura, pela sua entidade Direcção Regional de Cultura do Centro, foram todos absolutamente salvaguardados, ponto final parágrafo. Lá que algum de vocês seja muito especialista nisso e achou que um caco da parede esquerda, seguramente esquerda, tinha valor arquitetónico ou arqueológico e desapareceu, olhem...perdemos o tempo. Mas aquela obra, aquele projeto, esteve um ano em análise, a maior parte do tempo no Ministério da Cultura, precisamente para se desenhar bem, para se estudar bem, para se fixar bem quais os valores patrimoniais que tinham que ser defendidos. Mas porque é que a malta não esteve atenta quando a Galeria Borges abastardou o edifício há uma carrada de anos? Ninguém disse nada mas temos que agradecer muito à Galeria Borges porque o arco que vocês veem na segunda fachada, quando olham para dentro, que é uma bastardia da Galeria Borges à fachada inicial, o rasgar de um dos vãos do rés-do-chão nessa mesma construção que é outra bastardia à fachada original, foi fundamental para que, agora, quando caiu a casa do lado, esta não tivesse ido toda para o chão. Foi o arco que segurou a fachada quando a outra caiu em cima. Os nossos técnicos, os técnicos do Ministério da Cultura, outra gente que se associou a nós neste trabalho, nomeadamente a ADERAV, procurámos tomar a melhor solução e proteger o mais possível, mas proteger mesmo. Proteger é fazer porque se nós queremos fazer hiperprotecção, hiperproteger é a ruína. Aproveitámos esta derrocada para dizermos aos nossos cidadãos e a vocês todos que andamos há dois anos a trabalhar neste dossier, a notificar proprietários, tantas vezes é difícil notificar proprietários, para os pressionar nos termos da lei para fazer as obras que a lei manda. Mas não é só a lei, é o bom-senso para que aquilo não caia em cima. Não estamos a falar de quem possa estar lá dentro porque, em regra, estamos a falar de habitações abandonadas há muito tempo, é de quem passa à porta. A família dona desta casa, que está desabitada há dezenas de anos, não é de cá, é de muito longe, tem um processo de partilhas complicadíssimo, com uma pessoa menor, com uma pessoa inimputável; é um verdadeiro trinta e um. É evidente que para o Filipe Guerra é tudo fácil, por com certeza. Chega lá, vai à conta das pessoas e obriga as pessoas a tirarem o dinheiro e a fazerem aquilo, chega a uma reunião de herdeiros e resolve os problemas todos. Está tudo resolvido e está tudo certo. Nem no tempo da Rússia completamente comunista o Estado conseguia fazer isso aos cidadãos, muito menos num país que é um Estado de Direito democrático onde o Estado não pode fazer isso aos cidadãos. Nós temos também que cuidar da responsabilidade dos cidadãos em cuidarem daquilo que é seu porque não é nossa responsabilidade. A nossa responsabilidade é cuidar dos valores patrimoniais que existem são privados, mas que têm um interesse público e em operações como esta temos que tratar deles. Portanto, é uma operação positiva, muito positiva, e temos que lutar por mais porque estamos numa boa onda.

O hotel do Palácio Visconde Valdemor que licenciámos agora, um segundo projeto. Já tínhamos licenciado um mas o investidor desistiu, julgo que se lembram que falei aqui uma vez num hotel de cinco estrelas; era esse. O segundo projeto baixou para quatro estrelas porque não conseguiu a casa ao lado e que era fundamental para construir um conjunto de facilidades que são obrigatórias para ser cinco estrelas; não as tendo não pode ter cinco estrelas. Aquilo tem uma parte do edifício que vai ser mantida tal e qual e qualificada e tem uma outra parte que vai ser demolida. Mas está tudo tratado como deve ser tratado pela boa defesa patrimonial. É esta a nossa atitude positiva, construtiva e aproveitar os nossos investidores. Não criar aqui uma ambiência de que somos uma terra que não gosta de investidores. E encontrar o equilíbrio entre os valores patrimoniais que queremos preservar, obviamente, também para interesse dos nossos

investidores e os investidores que nos permitem preservar os valores culturais em vez de os vermos ruir um atrás de cada outro. Isto é muito difícil, Filipe Guerra. Todos conhecem aquela casa ao pé da capela de São Gonçalinho que ruiu há quase dois anos. Nós passamos lá, olhamos, e vemos uma cama pendurada no primeiro andar. O que é que se passa ali? Um conflito que já vai em tribunal entre o dono e o inquilino. E agora como é que eu resolvo isto? Claro que o Filipe Guerra resolvia logo. O Sr. Presidente tem que chegar ao Dr. Juiz e dizer para decidir isto rapidamente e acabava ali a conversa. Só que eu não tenho esse poder. Isto não é a Rússia antiga, isto é um Estado de Direito democrático onde a justiça funciona embora em regra de forma lenta. Este é o mundo em que nós vivemos, temos que contribuir para ele ser melhor, mas ele tem, de facto, constrangimentos e não vale a pena fazermos de conta que não tem.

Em relação ao turismo dizer o seguinte ao João Barbosa. Aquilo que nós vamos abrir na segunda-feira, ao qual chamámos “Turismo e Museus”, não é nenhum posto de turismo. É uma operação que nós inventámos, é uma invenção nossa, na qual vamos transformar a recepção de um museu num espaço que continuará a fazer a recepção de museu mas que também passa a fazer a recepção ao território, que partilha informação sobre esse território, sendo uma recepção de um museu. Mas também está preparada para cumprir o projeto que temos desenhado com o Turismo do Centro Portugal para virmos a integrar a vivência e a gestão do nosso espaço com o espaço sede do Turismo do Centro; tem lá uma parede que é só colocar abaixo e estão os espaços ligados. Só que no Turismo ainda não conseguimos arranjar financiamento para fazermos essa obra do lado de lá e é uma obra cara. O edifício sede do Turismo Centro tem um problema gravíssimo de entrada das águas das marés para dentro dele. Muito complexo de resolver tecnicamente e caro. O nosso não tem. Este é um episódio que nós inventámos porque não queremos ser entidade de turismo porque a nossa entidade de turismo é o Turismo Centro Portugal mas queremos aprofundar esta nossa ideia de que os valores culturais e ambientais são a nossa principal oferta turística. Nos culturais os museus têm um papel muito especial a cumprir e daí chamarmos “Turismo e Museus”, no plural, porque ali também se faz a porta de recepção, estamos na nossa principal sala de visitas, para os outros museus.

O projeto da Estação, na próxima segunda-feira cá teremos a trabalhar o Arquitecto que ganhou o concurso, o Arquitecto João Mendes Ribeiro, vai ser uma loja de produtos identitários, loja mesmo, onde se pode comprar, mas musealizada e enquadrada num ambiente museológico dos nossos três produtos chave: ovos-moles, sal e espumantes e vinhos da bairrada. E aí sim, essa ambiência marcadamente comercial vai lá estar mas ela também vai ser uma porta de informação para a nossa cidade, para o nosso município e para a nossa região ou para as nossas regiões, a região de Aveiro e a região vitivinícola, à qual também pertencemos, e que é a Bairrada. É esta a estratégia que nós montámos com planeamento, com sustentabilidade financeira porque temos dinheiro para fazer isto. Não vamos voltar ao antigamente, João Barbosa, em que a malta fazia, fazia, e não pagava. Nós fazemos, fazemos, e pagamos. Portanto, o mundo mudou. Espero ver-vos lá na segunda-feira, também temos que aprender a acabar com a palavra loja para passar a chamar, corretamente, espaço Turismo e Museus, bonito, arejado, franco, aberto, que vai ter dinâmicas, com imagem viva que mexe, que tem som e que é, por isso, mesmo mais atrativa. Lançamos também nesse dia a nova imagem do nosso Município e da nossa Câmara Municipal que está pronta há quase dois anos mas que não podíamos fazer despesas dessas porque eramos Município incumpridor da Lei dos Compromissos e não podíamos fazer esse tipo de despesas, como não podíamos fazer despesas como outras que já aqui referi.

Filipe Neto Brandão recomendo-lhe uma leitura um bocadinho mais atenta. Se ler o quarto parágrafo da página vinte e quatro está lá dito que a função deste texto é informar das inscrições de quem queira participar e que acaba no dia dezanove de maio. Como eu acho e pensamos que algum dos membros da Assembleia Municipal, não sendo artista mas conhecem muitos artistas, possam dar uma ajudinha para termos mais participantes. Portanto, a bienal realizando-se, de facto, na ponta final do ano tem mil trabalhos que já estão todos em curso e tem que ter inscrições. Depois o júri tem que analisar tudo, há mil trabalhos para fazer. Uma leitura ligeiramente mais atenta e um espírito aberto, como V. Ex.a, em regra, tem permite despoluir a sua visão errada do texto que apresentámos.

O Fernando Marques perguntou pelo antigo edifício dos Bombeiros Velhos. É uma tristeza, não é meu Presidente? Não tem vida mas está cheio de entidades: Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro e Federação dos Bombeiros do Distrito de Aveiro. São as duas entidades que ocupam todo o edifício. Temos um problema sério mas estamos em diálogo com toda a gente; até com as entidades que queriam aquele espaço como o nosso clube dos automóveis antigos que, perdido, comprou um edifício bem perto e tem lá agora a sua nova sede. Mas essa falta de vida é um dos nossos argumentos para podermos reaver aquele edifício.

Agradecer ao Presidente Casimiro Calafate. Eu não queria agradecer só o agradecimento, queria agradecer o trabalho porque o presidente Calafate tem sido um elemento muito importante em toadas as operações do Baixo Vouga. Isto de ser autarca na Assembleia Municipal não é só chegar aqui e falar. Ser autarca é ser autarca todos os dias e ajudarmos em dossiers onde podemos ajudar. O Presidente Casimiro Calafate é uma peça importantíssima na nossa operação no Baixo Vouga lagunar.

Dr. Jorge Nascimento, é verdade que este projeto é muito da Câmara Municipal de Aveiro; muitíssimo da Câmara Municipal de Aveiro.

Começou no Dr. Alberto Souto, continuou no Dr. Élio Maia, apenas sem jeito. E é tão do Dr. Élio Maia que ainda temos um processo em Tribunal porque ele adjudicou a obra do Rio Novo do Príncipe, adjudicou por onze milhões de euros, sem ter um tostão furado para a pagar.

Depois adjudicou a uma empresa chamada ZAGOPE, começou a obra e sem dinheiro para a consignar. Nada. Sabe onde é que está o processo Sr. Dr.? No tribunal.

Sabe quanto é que a ZAGOPE quer de indemnização à Câmara Municipal de Aveiro? Um vírgula dois milhões de euros. E foi esse património, a parte boa desse património, que a Câmara de Aveiro negociou com a CIRA para que a CIRA o assumisse. Com uma vantagem muito relevante é que eu sou o Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. E essa coincidência da mesma pessoa nos dois lugares foi fundamental para que isto pudesse ter acontecido.

Foi preciso tratar de muitas coisas. A Declaração de Impacto Ambiental que estamos a usar é a velha DIA que conseguimos negociar, numa negociação violentíssima, que demorou quase um ano com a Agência Portuguesa do Ambiente, para a validar para que ela ficasse válida.

De facto o Sr. Dr. não me dá valor e o Sr. faz muito bem aquilo que quiser. Mas é notável o que nós conseguimos. As nuvens pretas que falava o nosso Presidente Casimiro Calafate existem. Às vezes vão, outras vezes voltam, nós lá as conseguimos dissipar, as que já chegaram e as que já foram e alguma que volte porque há um grande empenho de todos nós. Agora há uma diferença: até aqui andámos anos a pedir isto agora está na nossa mão. Negociámos o dinheiro, a capacidade legal, para fazer e estamos objectivamente a fazer.

Por isso o que aconteceu na Feira de Março é um exercício de boa capacidade negocial. Alguns responsáveis da nação que nos queriam apanhar na curva, saiu-lhes mal.

Aliás fica muito mal a um Governo que ainda hoje não respondeu à Associação Nacional de Municípios Portugueses, a um pedido de audiência, que ainda hoje não foi capaz de dizer com clareza ao que vem e apenas depois de nós termos arranjado uma solução.

Sr. Dr. sabe qual é o problema (e aqui também para o Filipe Neto Brandão) aquela coisa dos divertimentos não é chegar e montar. É muito fácil levar lá os netos, os filhos ou até nós próprios, chegar lá e andar nos carrinhos de choque, mas montar uma pista demora três dias e aquilo que nos estavam a fazer era entalar-nos contra o prazo limite.

Quando nós fixámos o prazo limite de terça-feira às três da tarde foi porque se não começassem as montagens naquela terça-feira às três da tarde nós não tínhamos divertimentos no Sábado de manhã quando inaugurámos a Feira.

Havia aí uns rapazes que estavam a fazer um jogo lindo e foi preciso uma cena de circo político, que eu denunciei na conferência de imprensa, de um grupo de Deputados armados em resolvedores da pátria, irem fazer uma pergunta ao Governo.

O Governo tem este processo na mão há um ano e meio, desde que chegou ao Governo, mas um grupo de quatro deputados faz uma pergunta ao Governo e o Governo, em vez de responder à Associação em causa ou à Associação Nacional de Municípios Portugueses, respondeu aos deputados do Partido Socialista. Coincidência... estava lá o Dr. Filipe Neto Brandão.

Nós, Sr. Dr., não nascemos ontem para a política. Já somos de anteontem. Portanto, dissemos aos empresários das diversões que das duas uma: ou havia um acordo e uma entrada para a Feira até às três da tarde daquela terça-feira ou não havia divertimentos. Mas sabe outra coisa, Sr. Dr? Há uma percentagem muito alta de pessoas que vão à Feira porque há divertimentos e essas pessoas pagam entrada. Os dez mil euros que demos de desconto estão mais que pagos por termos divertimentos.

Olhem o que vocês não estariam a dizer aqui hoje se nós não tivéssemos divertimentos na Feira? Já imaginaram o que vocês estariam a dizer? Ainda se lembram daquilo que o Partido Socialista disse quando há dois anos estivemos na iminência de não termos divertimentos? Já se lembram? Um comunicado do presidente da concelhia do PS, Dr. Pedro Pires da Rosa, em hossanas. É muito importante ter capacidade negocial e correr bem.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento.⁰⁴⁶

“Muito obrigado. O Senhor Presidente da Câmara a propósito do regulamento do canil deixou aqui a ideia expressa de que eu estaria para aqui a cometer uma aldrabada! Bem, eu não quero isso. Isso é uma falta de seriedade. Porque não foi.

Eu integrei a afirmação que fiz de que esta Assembleia não teria esse regulamento e disse o porquê. Disse assim – há três anos a Câmara discutiu aqui o problema do canil. Levou o canil para Ílhavo porque o daqui não prestava. Passados três anos não nos chegou notícia de nenhum estudo nesta câmara!? Porque se não, dada a importância do tema, ele teria sido objeto numa das comunicações regulares a esta assembleia e isso não aconteceu. Também por outra forma o Senhor Presidente não trouxe aqui nada. Portanto, eu fui forçado a concluir que – o Senhor Presidente não terá estudo nenhum. Mas expliquei porquê.

Agora o Senhor Presidente diz que tem um estudo. E até disse mais. Disse que convidada os seus pares na vereação. Mas este órgão é onde deve prestar contas. Não é num órgão intermunicipal nem na Associação de Municípios. V. Exa se integrou esse grupo de

estudo devia dar conhecimento neste órgão Assembleia e como Presidente da Câmara Municipal.

Portanto eu respondi-lhe nesses termos e nessa integração. Portanto o Senhor Presidente não tinha o direito de pôr em causa a afirmação que eu fiz. Porque fiz uma afirmação lógica e coerente daquilo que afirmava.

Com toda a correção Senhor Presidente, o Senhor Presidente da Câmara deveria ter dito – o estudo que eu tenho não é um estudo municipal. É um estudo da Associação de Municípios, não é um estudo local. Ficava o problema esclarecido e evitava de vir cá com esses dizeres “ eu respeito tudo o que o Senhor diz, ou não respeito nada que diz, porque o senhor vem para aqui com mentirolas”. Não é o caso Senhor Presidente e não gosto desse tratamento.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Declaro mais uma vez que eu não desonrei o Dr. Jorge Nascimento. Ficou claro outra vez. Tem esta mania de mandar coisa para o ar e que não têm nem pés nem cabeça e que estão bem longe da verdade e da realidade.

Ficou bem claro que o Dr. Jorge Nascimento não aceitou o meu convite para se sentar aqui ao meu lado para lhe enviar os estudos, hoje, no minuto seguinte a terminar a nossa Assembleia. Ficou claro que o Sr. Dr. continua a usar os expedientes para ter uma atitude política que não serve para nada, não nos ajuda em nada, e depois não trabalha. De facto, eu acho que no fundo não quer mesmo arriscar-se a ter os estudos para que num dia destes, numa próxima conversa, não se tenha que arriscar a não saber responder às perguntas sobre a matéria, porque o Sr. não estuda e depois como aquilo tem muita matemática o Sr. não percebe nada de matemática nem de finanças. Portanto, para deixar as coisas claras que eu honro V. Ex.a, discordo reiteradamente de V. Ex.a, mas respeito-o ao mais elevado nível. Quando eu lhe disse que tenho um estudo, que há um estudo, nós até temos câmaras independentes, não sei se pertencem ao mesmo movimento que o nosso MIJPA, mas na CIRA também há uma Câmara Independente, todos os meus colegas têm o estudo. Se confia na esquerda mais moderada, não temos lá nenhuma da extrema-esquerda, peça o estudo aos colegas do Partido Socialista que têm o estudo como eu tenho. Não o tenho só eu, todos temos o estudo. Está a ver-me, a mim, agora a dizer que tenho um estudo que já passou pelas mãos de tanta gente e estou a inventar senhor Dr!?

Senhor Dr. porte-se devidamente e defenda a sua honra quando o desonram mesmo. Agora quando o honram como eu sempre faço, apenas discordando democraticamente de si, deixe-se de expedientes e cumpra o Regimento.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

“Muito rapidamente, também para repudiar a deselegância do Senhor Presidente da Câmara, que desenvolveu processo de intenção, que ficará com quem os pratica.

Eu quero recordar que, em momento algum, houve qualquer outra intenção que não salvar os interesses de Aveiro. Por acaso tenho aqui os comprovativos.

No dia 17 de março (fui confirmar) a Associação de Empresários de Diversão de Lisboa, abandona Lisboa onde estava em protesto e dirigiu-se para a Póvoa do Lanhoso (o autarca local tinha contratado divertimento alternativo) e referiam que mantinham iniciativas de protesto, que tinham criado um fundo para os seus associados protestarem, e referem que esses protestos iriam decorrer até ao dia 25 de Março (dia da abertura da

Feira de Março). E portanto aquilo que fiz foi nessa mesma sexta-feira dirigir uma pergunta ao Governo para ver se o Governo dava uma resposta. E repito, essa resposta devia estar dada desde 2013 e a resposta do Governo no dia 21 foi aquela que anteriormente referi. Contrariamente ao que foi dito o anterior Governo não tinha feito qualquer estudo. O Ministério não tinha qualquer estudo que pudesse habilitar. E portanto, como reconhecia aquilo que era óbvio, que uma Resolução por unanimidade da Assembleia da República devia ser cumprida, a única possibilidade de dar resposta a esses empresários por forma a poderem estar no dia 21 em condições de terem a pretensão resolvida, foi como eu indiquei, que na proposta de Orçamento de Estado para 2018 contará com essa proposta. E não é por acaso que desde esse dia cessaram os protestos e a situação portanto está resolvida.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴⁹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁰

Presidente da Mesa⁰⁵¹

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que os munícipes Maria das Neves Pereira Pinto Oliveira, residente em Eirol, e Selma Dilar Abreu Pechiles Costa, residente em Santa Joana, estavam inscritas para este período de intervenção do público, para intervirem sobre o tema do Canil Municipal.

Maria Neves Oliveira (Munícipe)⁰⁵²

Selma Costa (Munícipe)⁰⁵³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁴

“Muito obrigado à D. Maria das Neves e à D. Celma Costa. Eu não vou cansar-vos, nem a vocês, nem a nós todos, porque já falámos disto tudo, eu já respondi às perguntas que a D. Maria trazia, já ouviu as respostas todas, portanto, não vale a pena estarmos a repetir.

O que eu acho que vale a pena é acreditarmos uns nos outros e aproveitarmos a disponibilidade da D. Celma, que no fundo falou em nome do grupo, para procurarmos somar as capacidades e fazer. É bom é termos consciência onde é que estão as capacidades e onde é que estão as incapacidades. Muitas vezes, quando queremos ajudar-nos uns aos outros, o problema é não querermos, primeiro, perceber as condicionantes do outro e então achamos que o outro não tem condicionantes mas o outro tem condicionantes. Nós somos entidade do Estado, nós não temos a liberdade que temos nós próprios quando somos só cidadãos, que vocês têm. Nós, e eu disse isso há bocado, temos tido ajuda das nossas instituições privadas, em vários momentos. Sabem quantos canis legais temos em Aveiro? Vocês sabem, não temos nenhum. Mas essa ajuda dessas entidades, que têm canis ilegais, tem sido fundamental para nós termos feito aquilo que temos conseguido fazer até hoje. No entanto nunca ninguém me viu a fazer a minha obrigação que era ter mandado lá a polícia municipal e ter fechado porque nós não temos nenhum canil legal em Aveiro. Mais... não temos nenhum canil privado legal em toda a região de Aveiro, nos onze municípios. Não temos nenhum. Se nós conseguirmos somas as disponibilidades e as condições de cada um desde o momento

que compreendamos que cada um tem disponibilidades e competências e limitações nós vamos conseguir.

Esta história surgiu como surgiu, como toda a gente sabe. O trabalho todo que já está feito e o plano para o continuar a executar não tem nada a ver com esta história. Mais... solicito os vossos emails para vos mandar os mesmos dois estudos. Nada do nosso trabalho, do investimento, do dinheiro, do tempo e de muitos técnicos de empresas privadas, que foram quem nos fez o estudo, foi uma consultora portuguesa que se chama BDO, não nasceu agora, nasceu no início do nosso mandato porque cadastrámos esta situação como um dos nossos problemas. Nós estamos neste trabalho. APRAVI e a AFECTO estão na Feira de Março a angariar fundos por nossa decisão. Há outras Associações que ficaram de fora. Eu posso-vos mostrar textos escritos por associações que ficaram fora porque não há lugar para todos e uma delas a contestar o que é essa gente dos cães e dos gatos, no caso é uma associação cultural. Mas nós escolhemos as do cão e do gato. Foi nossa decisão. Não foi a APRAVI nem este filme que trouxe a AFECTO e a APRAVI para a Feira de Março, foi uma decisão nossa. E mais... elas que têm sempre alguma acção concorrencial, vocês conhecem isso melhor do que eu, conseguimos apoiá-los e incentivá-los para fazerem uma exposição conjunta naquele espaço que chamamos espaço infantil, mas que agora, na Feira de Março, não tem esse uso, e lá está a exposição para toda a gente ver. Nós já cá estávamos nesta causa. Só que entendam isto, a nossa Câmara, quando nós chegámos aqui, não podia fazer despesas deste tipo. Nós tínhamos cento e cinquenta milhões de dívidas e só quarenta e quatro milhões de receitas. Estávamos proibidos por lei de fazer uma carrada de coisas, a não ser aquilo que a própria lei define como serviços públicos essenciais. Estas matérias, por mais que nós amemos os nossos bichos, o legislador não as considerou serviço público essencial. Mesmo que nós quiséssemos, por vontade, e tivéssemos disponibilidade financeira não podíamos legalmente fazer este tipo de despesa. Mas tivemos uma vantagem, levámos o trabalho preparatório, porque é preciso fazer trabalho prévio antes de fazer uma obra, para a nossa Comunidade Intermunicipal que é presidida por mim. Sou eu que faço as propostas, sou eu o motor principal da Comunidade. Hoje, estamos preparados para dar o próximo passo que é o processo de execução do conjunto porque não podemos ter um canil num sítio, temos que o polarizar. Mas também sabemos que não é preciso um canil em cada um dos nossos onze municípios. Não é preciso. O estudo, que vocês verão, demonstra bem, com contas feitas, que esta dimensão é a dimensão ideal para nós gerirmos bem esta matéria.

Quanto a outros conceitos, nomeadamente o conceito da esterilização, eu sou engenheiro zootécnico de formação, tirei um curso durante cinco anos e fui profissional da área durante oito anos. Treze anos da minha vida são de biologia aplicada, sei bem o que é um animal, o que é alimentá-lo, o que é esterilizá-lo, sou tecnicamente competente. Sou engenheiro zootécnico de formação e trabalhei oito anos nessa área específica, nomeadamente na área da nutrição animal. Portanto, eu sei bem tecnicamente os vários procedimentos e quando se fala em esterilização eu sou a favor, em certas condições. Não é preciso baterem-me palmas. Eu tenho duas cadelas e uma gata. Tenho mais cadelas que o nosso Presidente da Assembleia mas tenho menos gatas. Uma cadela foi tirada do canil de Ílhavo, duma ninhada de onze cães, no dia da passagem do ano. Fiz questão de ir passar o ano com os funcionários da Câmara e à saída estava uma caixa de papelão com onze cães lá dentro. Eu fiquei com um deles, dividimos pela malta que ia a sair da festa, dividimos os cães todos. A minha outra cadela foi tirada da rua, abandonada por alguém. As minhas duas cadelas são cadelas inteiras pela minha filosofia de gestão de animais eu não quero esterilizar as minhas cadelas e nunca tiveram filhos porque eu sei gerir os animais de forma a que eles não tenham filhos. E

são duas cadelas inteiras. Vocês sabem o que é uma cadela inteira; para os que não sabem o que é uma cadela inteira é uma cadela com todas as competências biológicas. Não é sorte, eu explico o que é que eu faço às minhas cadelas. As minhas cadelas são cadelas inteiras porque eu não quero esterilizar as minhas cadelas, não é pelos quinze euros, por amor de Deus, não é essa a questão. Eu não quero, eu quero que os meus animais sejam animais inteiros. É a minha opção, como dono tenho o direito de tomar decisões, mas também não quero que elas tenham filhos. Ainda há dias dizia-me um amigo meu numa Assembleia Intermunicipal quando, na segunda-feira, falámos sobre isto na CIRA, que eu era mauzinho porque as cadelas também tinham direito à vida. Eu disse que como eu sou o dono ainda sou eu que mando nas cadelas, isto ainda não se inverteu de serem as cadelas a mandar cá no dono. É a minha opção; eu consigo gerir os meus animais, sendo inteiros como eu quero e não tendo filhos como eu quero. Mas a minha gata, é rafeira, foi tirada de um cesto da borda da Ria, pequenininha, na maré seguinte morreria afogada, foi recolhida pelo meu filho e foi lá para casa, depois de uma discussão de quem queria a gata e não queria a gata lá chegámos a acordo e ficámos com o animal, e decidimos que a gata tivesse gatinhos. Foi a nossa decisão. Só que correu mal porque à primeira gravidez teve um conjunto de problemas, teve que fazer um aborto provocado, e teve que ser esterilizada em defesa da sua própria vida. A gata foi salva, está viva e esterilizámos para a defender da vida. Portanto, a atitude que temos é a tal atitude de darmos o tal contributo. E quando Ílhavo nos vem dizer, disse-nos numa reunião de colegas, presidentes de Câmara, que não aguentavam mais cooperar connosco, porque Ílhavo tinha protocolo com cinco Câmaras mais a ASCENDI, a entidade que gera a nossa A25 também tem protocolo que a Câmara manteve e bem porque obviamente uma grande parte da A25 está no Município de Ílhavo. Dissemos imediatamente ao Presidente Fernando Caçoilo solidariedade total. Mas a nossa solidariedade tem muito pouco mérito. Porquê? Pelo menos há cerca de um ano, aqui na nossa memória, que nós não conseguimos pôr um cão vivo no canil em Ílhavo. Não conseguimos. O canil de Ílhavo não matou nenhum animal nosso no último ano. Porquê? Porque não tem lugar para os nossos animais. Sempre que tínhamos um cão, dois, três, não dava, estava cheio, não podia mais. Aquilo que o Presidente Fernando Caçoilo nos veio dizer foi aquilo que nós já sabíamos, agravado à experiência que tínhamos vindo a acumular, que não tínhamos condição. Todos os animais que mandámos para o canil de Ílhavo, no último ano foram cerca de cento e cinquenta animais, foram animais cadáveres que apanhámos na via pública mortos, por atropelamento ou sei lá do quê. Entregámos ao canil de Ílhavo os cadáveres porquê? Porque eles têm o mecanismo para fazer o destino final dos cadáveres. E pagámos. Posso-vos dizer que as nossas contas com a Câmara de Ílhavo estão em ordem, eles mandam-nos a faturinha e nós pagamos. Só mandámos cadáveres, não mandámos nenhum animal vivo. Vamos continuar nesta fase em que estamos a procurar quem nos pode ajudar para gerirmos os animais que vamos tendo que recolher no nosso território, trabalhando com os nossos parceiros para termos soluções completas, mas chamando a atenção do legislador já que se deu esse passo que nós somos a favor.

Quando, antigamente, antes da lei nova entrar em vigor, se matavam os cães cumpria-se a lei. As pessoas podiam achar que eram um assassínio, essas coisas que se dizem, está tudo certo. Mas usando a mesma linguagem assassina era a lei porque quem determinava que ao final de um tempo “X” o cão fosse abatido era a lei. Mudou a lei, estamos todos satisfeitos. Mas alguém quer andar a matar cães? Ninguém quer matar cães. Nós, como gestores deste problema, queremos resolvê-lo. Do grupo de principais problemas entre vizinhos tem a ver com as queixas do vizinho por causa do cão do vizinho ao lado. São problemas dramáticos, de pessoas que querem dormir e não

conseguem porque o cão do vizinho não para de ladrar, de pessoas que têm muitos mais cães do que aquilo que a lei permite porque a lei definiu limites para a quantidade de animais que nós podemos ter em casa. Portanto, é esta a operação global.

A D. Celma falou numa coisa que é muito importante. Nós temos discutido tanto isto mas ainda não há solução. Temos consciência, não temos facto, que a maior parte dos cães que os nossos cidadãos têm têm-nos ilegalmente. Quando nós perguntamos às nossas Juntas de Freguesia quantos cães estão registados na Junta e quando damos uma volta pela freguesia, não tem nada a ver. O número dos registos na Junta ao pé dos cães que nós sabemos que existem quando passeamos pelas ruas, não sei se é só dez por cento, se é trinta, mas é muito baixo. E quando nós dizemos que temos que fazer aqui uma ação, além das ações de sensibilização que vamos fazer, temos que fazer muitas e permanentemente, nós também temos que fazer ações de fiscalização. Só que há um problema terrível. É que a nossa Polícia Municipal para entrar em casa de um cidadão, para ir ao pátio do cidadão, verificar se o cão tem chip ou não tem, não tem possibilidade legal de o fazer.

Nós temos um conjunto de problemas legais para agir sobre esta matéria e é isto que temos dito ao Governo. Há dias contava uma reunião que tive em Lisboa por causa de uma coisa parecida com isto, um problema delicado que temos, está muito melhor mas ainda é um problema: os ruídos dos nossos bares no centro da cidade.

Com o meu telemóvel eu tenho aqui uma aplicação com a qual consigo saber, nesta hora, qual é o nível de ruído de cada um dos nossos bares está a produzir. Está aqui, no meu telemóvel. Se eu verificar que um está hoje, esteve, ontem, eu sei isso, o meu telemóvel diz-me isso com rigor, está lá um aparelho que mede, homologado, tudo direitinho, e dá-me online a informação. Em média, sabem quanto tempo é que nós precisamos por causa do processo administrativo para poder agir sobre um bar que sistematicamente não cumpre para lhe aplicar uma sanção? Nunca menos de seis meses e, em média no nosso Município, nunca menos de nove meses. Porquê? Porque fazer uma asneira pode ser feita neste segundo mas usar a lei para corrigir a lei em defesa dos outros cidadãos que à volta estão a ser prejudicados, com o nosso Código do Processo Administrativo, demora muitos meses. E nós temos este problema porque além da sensibilização, nós temos que agir para termos um nível alto de garantia de que quem tem um cão tem-no registado, licenciado, vacinado, com o chip, e nós conseguimos gerir bem tudo isto.

Contem com a nossa disponibilidade, com a nossa continuada presença neste trabalho, nós não chegámos agora, mas aceito aqui, publicamente, a vossa proposta para nos sentarmos à mesa, com respeito mútuo pelas capacidades e incapacidades de cada um para procurarmos ter uma melhor capacidade pela soma das perspectivas para criarmos respostas com qualidade. Essa é a nossa atitude positiva e construtiva, mas de quem tem que cumprir a lei, quem tem que ter dinheiro para fazer e, obviamente, fazer de forma solidária com os outros municípios que conosco partilham a região e que conosco já resolvem tantas questões e que também estão disponíveis para resolver esta.

Fiquem com esta certeza absoluta da nossa atitude positiva e responsável e de enriquecermos a equipa que já temos convosco para podermos fazer melhor na gestão desta matéria tão importante.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰⁵⁵

“Perguntaria aos senhores deputados, há três minutos por grupo parlamentar, se querem usar da palavra. Temos aqui os deputados mais à esquerda. Mais alguém quer? Muito bem. Cada um tem três minutos.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[056](#)

“Gostaria de muito sumariamente agradecer a presença das senhoras municipais aqui presentes, com a sua preocupação e das pessoas que com elas partilham interesse nisto. Estamos em crer que aqui é a grande necessidade da Câmara Municipal de Aveiro encontrar forma e método necessário para ir de encontro áquilo que são as pretensões e dotar-se das condições materiais e infraestruturais que possam contribuir para a resolução deste problema. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[057](#)

“Aproveito a ocasião para saudar todas as pessoas que aqui se deslocaram hoje. Sabemos bem que é uma causa comum os que vos une e reconhecemos todo o vosso trabalho e todo o vosso esforço para que de facto haja uma transformação no que diz respeito a políticas públicas do bem-estar animal.

Saúdo em particular as duas intervenientes. O Bloco de Esquerda partilha em muito a vossa visão do que deve ser a aplicação dessas políticas públicas, já tivemos oportunidades de o discutir várias vezes.

Obviamente também vos acompanhamos na acusação às palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara. E dizer que um canil nunca será suficiente para todos os animais sem política de esterilização. Isto é um dado adquirido. Não há forma de controlar populações errantes, de controlar reprodução de animais sem programas de esterilização.

E também terminar dizendo que não acompanhamos a visão do canil intermunicipal. Defendemos estruturas descentralizadas. Acreditamos que essa é a melhor forma de trabalho entre poder local e associações e ativistas que dedicam o seu tempo a esta causa. Defendemos outras soluções mais viradas para a comunidade e, portanto, fica também esta nota.

Termino dizendo que o Bloco de Esquerda tudo fará para derrotar a política do abate e faremos tudo o que seja possível para que essa realidade não seja a realidade em Aveiro o quanto antes.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa[058](#) deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária Abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 10 de abril (2.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 08 de abril de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:30)